



MESA DA ASSEMBLEIA

Presidente: Deputado Dinis Pinheiro
1º-Vice-Presidente: Deputado José Henrique
2º-Vice-Presidente: Deputado Inácio Franco
3º-Vice-Presidente: Deputado Paulo Guedes
1º-Secretário: Deputado Dilzon Melo
2º-Secretário: Deputado Alencar da Silveira Jr.
3º-Secretário: Deputado Jayro Lessa

SUMÁRIO

1 - ATAS

- 1.1 - 55ª Reunião Ordinária da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 17ª Legislatura
- 1.2 - Reunião de Comissões

2 - ORDENS DO DIA

- 2.1 - Comissões

3 - EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

- 3.1 - Comissão

4 - TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES

5 - COMUNICAÇÃO DESPACHADA PELO SR. PRESIDENTE

6 - MANIFESTAÇÕES

7 - MATÉRIA ADMINISTRATIVA

8 - ERRATAS



ATAS

ATA DA 55ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 12/7/2012

Presidência dos Deputados José Henrique, Rômulo Viegas e Duarte Bechir

Sumário: Comparecimento - Abertura - 1ª Parte: 1ª Fase (Expediente): Ata - Correspondência: Mensagem nº 271/2012 (solicitando a retirada de tramitação da Indicação nº 63/2012 e encaminhando a Indicação nº 68/2012), do Governador do Estado - 2ª Fase (Grande Expediente): Apresentação de Proposições: Projetos de Lei nºs 3.337 a 3.341/2012 - Requerimentos nºs 3.473 a 3.486/2012 - Comunicações: Comunicações das Comissões de Política Agropecuária e de Cultura e do Deputado Dalmo Ribeiro Silva - Questão de ordem - 2ª Parte (Ordem do Dia): 1ª Fase: Abertura de Inscrições - Decisão da Presidência - Comunicação da Presidência - Leitura de Comunicações - Discussão e Votação de Pareceres: Pareceres de Redação Final dos Projetos de Lei nºs 367, 721, 832, 847 e 1.799/2011, 2.920, 3.099, 3.329 e 3.298/2012; aprovação - 2ª Fase: Palavras do Sr. Presidente - Discussão e Votação de Proposições: Inexistência de quórum especial para votação de projeto de lei complementar - Prosseguimento da discussão, em turno único, do Projeto de Lei nº 3.164/2012; discurso do Deputado Adelmo Carneiro Leão; encerramento da discussão; requerimento do Deputado Rogério Correia; deferimento; votação do projeto, salvo emendas, subemendas e destaques; aprovação; votação das emendas e subemendas com parecer pela aprovação; aprovação; prejudicialidade das Emendas nºs 3, 5, 12, 13, 15 a 23, 38, 69, 75 a 77 e 83; votação das emendas com parecer pela rejeição, salvo destaques; rejeição; votação da Emenda nº 59; rejeição; votação da Emenda nº 60; rejeição; votação da Emenda nº 67; discurso do Deputado Ulysses Gomes; rejeição; votação da Emenda nº 68; discurso do Deputado Ulysses Gomes; rejeição; declarações de voto - Questões de ordem - Discussão e Votação de Pareceres de Redação Final: Pareceres de Redação Final do Projeto de Resolução nº 3.330/2012 e do Projeto de Lei nº 3.164/2012; aprovação - Declarações de voto - Encerramento - Ordem do Dia.

Comparecimento

- Comparecem os Deputados e as Deputadas:



Dinis Pinheiro - José Henrique - Inácio Franco - Paulo Guedes - Dilzon Melo - Alencar da Silveira Jr. - Jayro Lessa - Adalclever Lopes - Adelmo Carneiro Leão - Almir Paraca - André Quintão - Anselmo José Domingos - Antônio Carlos Arantes - Antônio Júlio - Arlen Santiago - Bonifácio Mourão - Bosco - Carlin Moura - Carlos Henrique - Carlos Mosconi - Carlos Pimenta - Célio Moreira - Dalmo Ribeiro Silva - Délio Malheiros - Doutor Viana - Duarte Bechir - Duílio de Castro - Durval Ângelo - Elismar Prado - Fabiano Tolentino - Gilberto Abramo - Glaycon Franco - Gustavo Perrella - Gustavo Valadares - Hely Tarquínio - Ivair Nogueira - João Leite - João Vítor Xavier - Juninho Araújo - Lafayette de Andrada - Leonardo Moreira - Liza Prado - Luiz Henrique - Luzia Ferreira - Maria Tereza Lara - Neider Moreira - Neilando Pimenta - Paulo Lamac - Pinduca Ferreira - Rogério Correia - Rômulo Veneroso - Rômulo Viegas - Sargento Rodrigues - Sávio Souza Cruz - Sebastião Costa - Tadeu Martins Leite - Tenente Lúcio - Tiago Ulisses - Ulysses Gomes - Zé Maia.

Abertura

O Sr. Presidente (Deputado Rômulo Viegas) - Às 14 horas, a lista de comparecimento registra a existência de número regimental. Declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos. Com a palavra, o Sr. 2º-Secretário, para proceder à leitura da ata da reunião anterior.

1ª Parte

1ª Fase (Expediente)

Ata

- O Deputado Dalmo Ribeiro Silva, 2º-Secretário “ad hoc”, procede à leitura da ata da reunião anterior, que é aprovada sem restrições.

Correspondência

- A Deputada Liza Prado, 1ª-Secretária “ad hoc”, lê a seguinte correspondência:

“MENSAGEM Nº 271/2012*”

Belo Horizonte, 29 de junho de 2012.

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa,

Nos termos da alínea “d” do inciso XXIII do art. 62 da Constituição do Estado, submeto à apreciação dessa Egrégia Assembleia Legislativa o nome de Thales Rezende Coelho Alves para o cargo de Diretor-Geral da Autarquia Agência de Desenvolvimento da Região Metropolitana do Vale do Aço – Agência RMVA, em substituição ao nome de Thiago de Pádua Batista Machado (indicação nº 63/2012).

A referida autarquia, com caráter técnico e executivo, tem por fim o planejamento, o assessoramento e a regulação urbana, a viabilização de instrumentos de desenvolvimento integrado da Região Metropolitana do Vale do Aço – RMVA – e o apoio à execução de funções públicas de interesse comum.

O indicado possui qualificação profissional e experiência administrativa compatíveis com a área de atuação da Agência, preenchendo, assim, todos os requisitos para ocupar o cargo de Diretor-Geral.

Reitero a Vossa Excelência as considerações de estima.

Antonio Augusto Junho Anastasia, Governador do Estado.”

- Anexe-se à Mensagem nº 264/2012.

*- Publicado de acordo com o texto original.

INDICAÇÃO Nº 68/2012

Indicação do nome do Sr. Thales Rezende Coelho Alves para o cargo de Diretor-Geral da Agência de Desenvolvimento da Região Metropolitana do Vale do Aço – Agência RMVA.

- Anexe-se à Mensagem nº 264/2012.

2ª Fase (Grande Expediente)

Apresentação de Proposições

O Sr. Presidente (Deputado José Henrique) - A Mesa passa a receber proposições e a conceder a palavra aos oradores inscritos para o Grande Expediente.

- Nesta oportunidade, são encaminhadas à Mesa as seguintes proposições:

PROJETO DE LEI Nº 3.337/2012

Declara de utilidade pública a Associação dos Produtores Rurais Colônia Major Vieira e Região, com sede no Município de Cataguases.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º - Fica declarada de utilidade pública a Associação dos Produtores Rurais Colônia Major Vieira e Região, com sede no Município de Cataguases.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Reuniões, 12 de julho de 2012.

Doutor Wilson Batista

Justificação: A Associação dos Produtores Rurais Colônia Major Vieira e Região, com sede no Município de Cataguases, fundada em 23/7/2009, é uma sociedade civil sem fins lucrativos que tem como finalidade contribuir para o fomento e racionalização da exploração agropecuária e melhorar as condições de vida de seus associados. Ela promove atividades que proporcionam a melhoria do convívio entre seus associados e firma convênios com associações congêneres e autarquias federais, estaduais e municipais, além de desenvolver canais para a comercialização dos produtos e serviços de seus associados.

Pelo exposto, a entidade desenvolve trabalho extremamente meritório e merece ser declarada de utilidade pública, o que lhe dará melhores condições para desempenhar sua elevada missão. Por sua importância, contamos com o apoio de nossos pares à aprovação deste projeto.

- Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça, para exame preliminar, e de Política Agropecuária, para deliberação, nos termos do art. 188, c/c o art. 103, inciso I, do Regimento Interno.

PROJETO DE LEI Nº 3.338/2012

Declara de utilidade pública a Corporação Musical Santa Cecília, com sede no Município de Timóteo.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º - Altera a Lei nº 7.526, de 31 de julho de 1979, ficando declarada de utilidade pública a Corporação Musical Santa Cecília, com sede no Município de Timóteo, que sucede a Corporação Musical Santa Cecília, da Paróquia de São José.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 12 de julho de 2012.

Rosângela Reis

Justificação: Este projeto visa sanar o conflito existente entre a atual razão social da Corporação Musical Santa Cecília e a razão social anterior (Corporação Musical Santa Cecília, da Paróquia de São José), instituição declarada de utilidade pública pela Lei nº 7.526, de 31/7/79.

A Corporação Musical Santa Cecília, com sede no Município de Timóteo, em funcionamento desde 1950, sofreu alteração em seu Estatuto, passando a ser pessoa jurídica de direito privado, entidade civil de duração indeterminada, sem fins lucrativos, de caráter filantrópico, que não remunera sob nenhuma forma ou pretexto os membros de administração. Tem por finalidade difundir a arte musical, atuando sem distinção de credo religioso ou político, cor, raça ou nacionalidade, dentro de suas possibilidades e nas proporções estabelecidas pelas leis vigentes. Congrega pessoas que tenham suas atividades voltadas para a área musical e educacional, criando e mantendo banda de música e educação musical gratuita, além de estimular jovens da comunidade a frequentarem as aulas de música, com vistas à socialização, à profissionalização e à inclusão social.

Diante do exposto, considerando que a entidade apresenta as mesmas condições que lhe permitiram o recebimento do título declaratório de utilidade pública, e que atende plenamente os requisitos exigidos para a declaração de utilidade pública em nível estadual, espero contar com o apoio dos nobres pares desta Casa Legislativa para a aprovação desta proposição.

- Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça, para exame preliminar, e de Cultura, para deliberação, nos termos do art. 188, c/c o art. 103, inciso I, do Regimento Interno.

**PROJETO DE LEI Nº 3.339/2012**

Declara de utilidade pública a Associação dos Ciclistas de Contagem - ACC -, com sede no Município de Contagem.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º - Fica declarada de utilidade pública a Associação dos Ciclistas de Contagem - ACC -, com sede no Município de Contagem.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Reuniões, 12 de julho de 2012.

Liza Prado

Justificação: A Associação dos Ciclistas de Contagem - ACC -, fundada em 15/4/2010, com sede no Município de Contagem, é uma entidade sem fins lucrativos que tem como finalidade promover o esporte, o lazer e a cultura; promover e incentivar o uso da bicicleta como transporte alternativo e não poluente, preservando assim o meio ambiente; incentivar, através do uso da bicicleta, a prevenção à saúde e o bem estar físico e mental, visando à melhoria das condições de vida e lazer; desenvolver a interação entre crianças, jovens, adultos e integrantes da terceira idade; desenvolver programas visando a afastar a juventude do mundo do crime, drogas e violência, através das práticas esportivas, da cultura, da arte e da educação; e defender os direitos e interesses dos seus associados. Visa, ainda, a promover eventos relacionados com o movimento esportivo e a cultura em geral; desenvolver programas de formação extracurricular dos associados e da comunidade, com a promoção de cursos, seminários, simpósios e congressos relacionados especialmente ao esporte e transportes alternativos e não poluentes; incentivar a formação humanística, ética, profissional e esportiva dos associados e comunidade; e defender e incentivar o pleno exercício dos direitos constantes na Lei Federal nº 9.394, de 1996 (Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional - LDB -), Lei Federal nº 8.069, de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA -), e Estatuto do Esporte.

É importante ressaltar que a associação em questão já foi declarada de utilidade pública pela Lei nº 4.490, de 18/10/2011, pela Câmara Municipal de Contagem.

Conforme exposto, esta associação presta um serviço de extrema importância e relevância à comunidade em que está inserida, visando implementar direitos fundamentais e essenciais, contribuindo com a melhoria da qualidade de vida da população, motivo pelo qual acreditamos que o reconhecimento desta entidade como de utilidade pública estadual fortalecerá o trabalho que vem sendo realizado.

Assim, conto com o apoio dos nobres colegas para a aprovação deste projeto.

- Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça, para exame preliminar, e de Esporte, para deliberação, nos termos do art. 188, c/c o art. 103, inciso I, do Regimento Interno.

PROJETO DE LEI Nº 3.340/2012

Declara de utilidade pública a Associação Interbairros Saúde, Educação, Segurança e Meio Ambiente, com sede no Município de Paracatu.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º - Fica declarada de utilidade pública a Associação Interbairros Saúde, Educação, Segurança e Meio Ambiente, com sede no Município de Paracatu.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Reuniões, 12 de julho de 2012.

Almir Paraca

Justificação: Fundada em 31/10/2008, a Associação Interbairros Saúde, Educação, Segurança e Meio Ambiente - Aissema -, entidade sem fins lucrativos, desenvolve intenso trabalho junto à comunidade de Paracatu, por meio de ações socioeducativas, ambientais, esportivas, culturais e habitacionais, sem promover nenhum tipo de discriminação.

Diante dessas considerações, esperamos contar com o apoio dos nobres pares para a aprovação deste projeto de lei, que pretende declarar a Aissema de utilidade pública.

- Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça, para exame preliminar, e do Trabalho, para deliberação, nos termos do art. 188, c/c o art. 103, inciso I, do Regimento Interno.

PROJETO DE LEI Nº 3.341/2012

Declara de utilidade pública a Associação Comunitária São Judas Tadeu, com sede no Município de Jacinto. A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º - Fica declarada de utilidade pública a Associação Comunitária São Judas Tadeu, com sede no Município de Jacinto.

Art. 2º - Essa lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Reuniões, 12 de julho de 2012.

Anselmo José Domingos

Justificação: Fundada em 2/9/2007, a Associação Comunitária São Judas Tadeu, com sede no Município de Jacinto, tem por objetivo a proteção da saúde da família, da maternidade, da infância e da velhice através de ações educativas, campanhas, preservação da natureza e trabalho comunitário, entre outras.

Nesses termos, conto com a aprovação deste projeto de lei.

- Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça, para exame preliminar, e do Trabalho, para deliberação, nos termos do art. 188, c/c o art. 103, inciso I, do Regimento Interno.

REQUERIMENTOS

Nº 3.473/2012, do Deputado Carlin Moura, em que solicita seja encaminhado à Secretaria de Transportes e ao DER-MG pedido de providências para a construção de uma ponte sobre o Rio Paracatu, no trecho que liga os Municípios de Santa Fé de Minas e Buritizeiro. (- Semelhante proposição foi apresentada anteriormente pelo Deputado Anselmo José Domingos. Anexe-se ao requerimento nº 3.333/2012, nos termos do § 2º do art. 173 do Regimento Interno.)

Nº 3.474/2012, da Comissão de Assuntos Municipais, em que solicita seja encaminhado à Copasa-MG pedido de cópia do cronograma de implantação do novo sistema de abastecimento de água dos Municípios de São José da Lapa, Vespasiano e Lagoa Santa. (- À Mesa da Assembleia.)

Nº 3.475/2012, da Comissão de Assuntos Municipais, em que solicita seja encaminhado ao Governador do Estado pedido de providências para que reforce o efetivo e a infraestrutura administrativa e física das Polícias Civil e Militar no Município de Alfenas e região.

Nº 3.476/2012, da Comissão de Assuntos Municipais, em que solicita seja encaminhado ao Governador do Estado pedido de providências para que seja equipada, física e administrativamente, a Delegacia Especializada de Crimes contra Mulheres do Município de Alfenas. (- Distribuídos à Comissão de Segurança Pública.)

Nº 3.477/2012, da Comissão de Segurança Pública, em que solicita seja encaminhado ao Tribunal de Justiça pedido de providências para que sejam criadas, nos termos estabelecidos na Lei de Organização e Divisão Judiciária do Estado, uma Vara da Infância e da Juventude e uma Vara de Execuções Criminais na Comarca de Passos.

Nº 3.478/2012, da Comissão de Segurança Pública, em que solicita seja formulada manifestação de aplauso ao Ten.-Cel. PM Ronaldo Resende dos Anjos, Comandante do 12º Batalhão da Polícia Militar, e aos Srs. Carlos Alves Francisco, Delegado Regional de Passos, e Marcos de Souza Pimenta, Delegado de Homicídios de Passos, pelos relevantes serviços prestados em prol da segurança pública de Passos e região.

Nº 3.479/2012, da Comissão de Segurança Pública, em que solicita seja encaminhado ao Governador do Estado pedido de providências com vistas à recomposição do efetivo da Polícia Militar em Passos, com a disponibilização de Delegados, Escrivães e Investigadores, bem como a realocação do efetivo no referido Município.

Nº 3.480/2012, da Comissão de Segurança Pública, em que solicita seja encaminhado à Secretaria de Defesa Social pedido de providências para a urgente lotação de um Delegado de Polícia no Município de Mateus Leme.

Nº 3.481/2012, da Comissão de Segurança Pública, em que solicita seja encaminhada manifestação de aplauso ao 1º-Sgt. PM Marcus Vinícius Alves Ferreira pelos 20 anos de serviços prestados à PMMG.

Nº 3.482/2012, da Comissão de Segurança Pública, em que solicita seja encaminhada manifestação de aplauso ao Sr. Renato de Oliveira Furtado, advogado criminalista, pela iniciativa de solicitar a audiência pública desta Comissão realizada em 2/7/2012 e pelo esforço nas mobilizações para esse evento.

Nº 3.483/2012, da Comissão de Segurança Pública, em que solicita seja formulada manifestação de aplauso ao Sr. José Henrique Mallmann, Juiz de Direito da 2ª Vara Cível, Criminal e da Infância e da Juventude da Comarca de Santa Rita do Sapucaí, pelo desenvolvimento de projetos relacionados com a recuperação de detentos e a reparação de seus crimes.

Nº 3.484/2012, da Comissão de Segurança Pública, em que solicita seja encaminhado ao Comando-Geral da PMMG pedido de providências para a ampliação do Programa Educacional de Resistência às Drogas nas escolas de Passos e região.

Nº 3.485/2012, da Comissão de Segurança Pública, em que solicita seja encaminhado ao Comando-Geral da PMMG e à Coordenadoria Regional de Defesa do Patrimônio Público do Triângulo Mineiro, com sede em Uberlândia, pedido de providências para a apuração de possível utilização de viatura, com motorista dessa corporação, para deslocamento de oficial até o fórum a fim de participar de audiência de natureza particular.

Nº 3.486/2012, da Comissão de Cultura, em que solicita seja encaminhado à Secretaria de Educação pedido de providências para a realização de parceria entre as escolas estaduais do Município de Alfenas e o Centro Municipal de Música Professora Walda Tiso Veiga, com a finalidade de se implementar o ensino da música na educação básica.

Comunicações

- São também encaminhadas à Mesa comunicações das Comissões de Política Agropecuária e de Cultura e do Deputado Dalmo Ribeiro Silva.

Questão de Ordem

O Deputado Tadeu Martins Leite - Faço esta questão de ordem cobrando uma posição da Mesa. Há mais de 10 meses apresentei um requerimento aprovado por esta Mesa, por esta Casa, pedindo ao Comando do Corpo de Bombeiros explicações sobre o sumiço de uma escada Magirus, em Montes Claros. Ninguém sabe onde ela está. O equipamento foi comprado por meio de convênio com a Sudene. No mínimo, não poderia ter saído da região da Sudene, mas saiu. O requerimento foi encaminhado ao Comando do Corpo de Bombeiros no dia 20/4/2012, com prazo máximo de resposta em 21/5/2012. Pois bem, já se passou mais de um mês e, infelizmente, não obtivemos resposta. Quero falar aqui sobre a falta de compromisso não com este parlamentar, mas com a Casa. O pedido foi aprovado por esta Mesa. O art. 307 do Regimento Interno prevê que, em caso de recusa ou de não atendimento à convocação ou pedido de informação, bem como prestação de informação falsa, por dirigente da administração indireta, pelo Comandante-Geral ou por outra autoridade estadual, a Assembleia Legislativa ou qualquer de suas comissões científicará o fato à autoridade competente para sua apuração, atendimento, ou solicitará aplicação de penalidade cabível no prazo de 60 dias. A nossa Constituição estadual faz a mesma previsão, com outra sanção: a Mesa pode encaminhar pedido de informação a dirigente de entidade da administração direta, ao Comando-Geral da Polícia Militar e a outras autoridades estaduais, sendo que a recusa ou o não atendimento no prazo de 30 dias ou a prestação de informação falsa constitui infração administrativa sujeita à responsabilização. Portanto cobro um posicionamento da Mesa sobre esse requerimento, porque infelizmente o assunto é sério, uma escada comprada por meio de convênio sumiu, pedimos informações e até hoje não obtivemos resposta. Obrigado, Presidente.

O Sr. Presidente - Respondendo à questão de ordem do Deputado Tadeu Martins Leite, informo a V. Exa. que a informação já foi solicitada, por meio de requerimento aprovado pelo Plenário. Estamos aguardando a resposta.

O Deputado Tadeu Martins Leite - Mas já se passou mais de um mês do prazo estipulado pela Mesa. Reitero o pedido. A falta de compromisso do Corpo de Bombeiros está nítida nessa situação, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente - O pedido será reiterado.

2ª Parte (Ordem do Dia)

1ª Fase

Abertura de Inscrições

O Sr. Presidente - Não havendo oradores inscritos, a Presidência passa à 2ª Parte da reunião, com a 1ª Fase da Ordem do Dia, compreendendo as comunicações da Presidência e de Deputados e a apreciação de pareceres e de requerimentos. Estão abertas as inscrições para o Grande Expediente da próxima reunião.

DECISÃO DA PRESIDÊNCIA

A Presidência, considerando o recebimento, nesta reunião, da Mensagem nº 271/2012, do Governador do Estado, contendo nova indicação para o cargo de Diretor-Geral da Agência de Desenvolvimento da Região Metropolitana do Vale do Aço, que recebeu o nº 68/2012:

1) defere, nos termos do inciso VIII do art. 232 do Regimento Interno, o requerimento contido na Mensagem nº 271/2012, solicitando a retirada de tramitação da Indicação nº 63/2012;

2) decide manter a designação, feita na 54ª Reunião Ordinária, realizada ontem, dos nomes indicados pelos Líderes para compor a Comissão Especial para emitir parecer sobre a Indicação nº 63/2012, que passará a apreciar a Indicação nº 68/2012, do nome do Sr. Thales Rezende Coelho Alves para o cargo de Diretor-Geral da Agência de Desenvolvimento da Região Metropolitana do Vale do Aço (Mensagem nº 271/2012).

Mesa da Assembleia, 12 de julho de 2012.

José Henrique, 1º-Vice-Presidente, no exercício da Presidência.

Comunicação da Presidência

A Presidência informa ao Plenário que foram recebidos e aprovados, nos termos da Decisão Normativa da Presidência nº 9, os Requerimentos nºs 3.477 a 3.485/2012, da Comissão de Segurança Pública, e 3.486/2012, da Comissão de Cultura. Publique-se para os fins do art. 104 do Regimento Interno.

Leitura de Comunicações

- A seguir, o Sr. Presidente dá ciência ao Plenário das comunicações apresentadas nesta reunião pelas Comissões de Política Agropecuária - aprovação, na 17ª Reunião Ordinária, em 11/7/2012, do Requerimento nº 3.359/2012, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva; e de Cultura - aprovação, na 8ª Reunião Ordinária, em 11/7/2012, dos Projetos de Lei nºs 3.089/2012, do Deputado Carlos Mosconi, e 3.174/2012, do Deputado Bruno Siqueira, e dos Requerimentos nºs 3.288 e 3.289/2012, do Deputado Elismar Prado, e 3.332/2012, da Deputada Rosângela Reis (Ciente. Publique-se.).

Discussão e Votação de Pareceres

- A seguir, são submetidos a discussão e votação e aprovados, cada um por sua vez, os Pareceres de Redação Final dos Projetos de Lei nºs 367, 721, 832, 847 e 1.799/2011, 2.920, 3.099, 3.329 e 3.298/2012 (À sanção.).

2ª Fase

O Sr. Presidente - Esgotada a matéria destinada a esta fase, a Presidência passa à 2ª Fase da Ordem do Dia, com a discussão e a votação da matéria constante na pauta.

Palavras do Sr. Presidente

A Presidência informa ao Plenário que fez retirar da pauta desta reunião o Projeto de Resolução nº 3.330/2012 e os Projetos de Lei nºs 302, 367, 721, 832, 847, 1.702 e 1.799/2011, 2.920, 3.099, 3.298 e 3.329/2012, apreciados na extraordinária realizada hoje, pela manhã.

Discussão e Votação de Proposições

O Sr. Presidente - A Presidência verifica, de plano, que não há quórum especial para votação de projeto de lei complementar, mas que há para a apreciação das demais matérias constantes na pauta.

Prosseguimento da discussão, em turno único, do Projeto de Lei nº 3.164/2012, do Governador do Estado, que dispõe sobre as diretrizes para a elaboração da lei orçamentária para o exercício financeiro de 2013 e dá outras providências. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto com as Emendas nºs 2, 6, 9 e 39, apresentadas por parlamentares, com a Emenda nº 66, apresentada pela Bancada do PT; com as Subemendas nº 1 às Emendas nºs 3, 5, 13, 16, 22, 23, 38, 69, 75 e 77; e com as Emendas nºs 92 a 96, apresentadas ao final de seu parecer; e pela rejeição das Emendas nºs 1, 4, 7, 8, 10, 11, 14, 24 a 37, 40 a 65, 67, 68, 70 a 74, 78 a 82 e 84 a 91. Continua em discussão o projeto. Com a palavra, para discutir, o Deputado Adelmo Carneiro Leão.

- O Deputado Adelmo Carneiro Leão profere discurso, que será publicado em outra edição.

O Sr. Presidente - Não há outros oradores inscritos. Encerra-se a discussão. Vem à Mesa requerimento do Deputado Rogério Correia em que solicita a votação destacada das Emendas nºs 59, 60, 67 e 68. A Presidência defere o requerimento, de conformidade com o inciso XVII do art. 232 do Regimento Interno. Em votação, o projeto, salvo emendas, subemendas e destaques. As Deputadas e os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado. Em votação, as emendas e subemendas com parecer pela aprovação. As Deputadas e os Deputados que as aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovadas. Com a



aprovação das Subemendas nº 1 às Emendas nºs 3, 5, 13, 16, 22, 23, 38, 69, 75 e 77, ficam prejudicadas as respectivas emendas. Com a aprovação da Subemenda nº 1 à Emenda nº 5, fica prejudicada a Emenda nº 12. Com a aprovação da Subemenda nº 1 à Emenda nº 16, ficam prejudicadas as Emendas nºs 15, 17, 18, 19 e 21. Com a aprovação da Subemenda nº 1 à Emenda nº 13, fica prejudicada a Emenda nº 20. Com a aprovação da Subemenda nº 1 à Emenda nº 75, fica prejudicada a Emenda nº 76. Com a aprovação da Emenda nº 6, fica prejudicada a Emenda nº 83. Em votação, as Emendas nºs 1, 4, 7, 8, 10, 11, 14, 24 a 37, 40 a 58, 61 a 65, 70 a 74, 78 a 82 e 84 a 91. As Deputadas e os Deputados que as aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Rejeitadas. Em votação, a Emenda nº 59. As Deputadas e os Deputados que a aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Rejeitada. Em votação, a Emenda nº 60. As Deputadas e os Deputados que a aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Rejeitada. Votação da Emenda nº 67. Com a palavra, para encaminhar a votação, o Deputado Ulysses Gomes.

- O Deputado Ulysses Gomes profere discurso, que será publicado em outra edição.

O Sr. Presidente - Em votação, a Emenda nº 67. As Deputadas e os Deputados que a aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Rejeitada. Votação da Emenda nº 68. Com a palavra, para encaminhar a votação, o Deputado Ulysses Gomes.

- O Deputado Ulysses Gomes profere discurso, que será publicado em outra edição.

O Sr. Presidente - Em votação, a Emenda nº 68. As Deputadas e os Deputados que a aprovam permaneçam como se encontram. Rejeitada. Está, portanto, aprovado, em turno único, o Projeto de Lei nº 3.164/2012 com as Emendas nºs 2, 6, 9, 39, 66 e 92 a 96 e as Subemendas nº 1 às Emendas nºs 3, 5, 13, 16, 22, 23, 38, 69, 75 e 77. À Comissão de Redação.

Declarações de Voto

O Deputado Rogério Correia - Sr. Presidente, solicito que se registre o voto favorável às Emendas nºs 59 e 60 da Bancada do PT.

O Deputado Ulysses Gomes - Registro voto favorável da Bancada do PT às Emendas nºs 67 e 68, Sr. Presidente.

Questões de Ordem

O Deputado Sargento Rodrigues - Presidente, V. Exa., como sempre, é um magistrado na condução dos trabalhos. Raramente vemos V. Exa. sair um pouco de sua tranquilidade, da sua mineiridade, o que lhe é peculiar. Quero apenas fazer um registro daquilo que estamos votando. Acabamos de votar a LDO. Apresentamos três emendas a pedido dos servidores do Tribunal de Justiça. Duas delas foram acatadas pelo relator, ilustre Deputado João Vítor Xavier. Eu queria apenas fazer esse registro positivo do acatamento das emendas e conseqüentemente de sua aprovação. Uma delas estabelece a questão do parâmetro das despesas com reajuste de pessoal, no âmbito do Poder Judiciário. Essa era fundamental e, até mesmo, recebeu apoio do próprio Tribunal de Justiça. Essas emendas foram solicitadas pelos ilustres sindicatos, Sinjus, Serjsumig e Sindojus. Então, acatamos as sugestões, apresentamos as emendas na comissão, para que o relator pudesse apreciá-las, e duas delas foram acatadas. Quero apenas deixar aqui o registro e cumprimentar o Deputado João Vítor Xavier, por ser o relator da Lei de Diretrizes Orçamentárias e, certamente, parabenizo-o por ter tido a sensibilidade de fazer uma avaliação equilibrada. Ele conseguiu entender o significado daquelas emendas e a importância que elas tinham, após sugestões do sindicato. Presidente, quero agradecer V. Exa. por ter reaberto os trabalhos, para que fizéssemos esse registro positivo. Quero deixar claro que estamos à disposição de V. Exa., na liderança do PDT nesta Casa, e também gostaria de dizer que o PDT se faz presente, para acompanhar a votação até o final. Estarei, aqui, com V. Exa. e com os demais colegas Deputados, para que possamos, de fato, votar os projetos, até mesmo de redação final, que foram aprovados ontem e hoje, pela manhã. Aí, sim, Líder Mourão, teremos um encerramento de forma muito tranquila na Assembleia, a qual encerrará o primeiro semestre de forma muito positiva, com muitas matérias aprovadas, e eu diria, até mesmo, de extremo alcance social. Certamente, a sociedade pode se orgulhar das ações que temos desempenhado aqui, como a execução de vários projetos que trarão inúmeros benefícios para o povo de Minas Gerais. Agradeço a V. Exa. e o deixo tranquilo, porque estou aqui, de pé e às ordens, para continuar os nossos trabalhos até o final.

O Deputado Bonifácio Mourão - Sr. Presidente, Sras. Deputadas e Srs. Deputados, queremos, ao final dos trabalhos desse primeiro semestre, agradecer a V. Exa., a todos os Deputados e Deputadas e a toda a assessoria desta Casa pelo trabalho realizado durante esse primeiro semestre. Sem dúvida, esse trabalho produziu bons



resultados para o povo de Minas Gerais, com a aprovação de importantes projetos. Nesta manhã e nesta tarde de hoje, ouvimos os Deputados da Oposição fazendo críticas infundadas ao governo do Estado. Queremos também, nesta oportunidade, agradecer aos Deputados da base do governo, por terem ouvido, às vezes, sem poderem manifestar e contestar aquelas manifestações. Mas precisamos, por meio da TV Assembleia e desse microfone, esclarecer ao povo de Minas Gerais por que os Deputados da base de governo se mantiveram em um silêncio muito eloquente. Porque precisávamos aprovar os projetos de interesse do povo de Minas Gerais. Entre aprovar os projetos e contribuir na obstrução do andamento dos trabalhos, para nós, para o povo do Estado de Minas Gerais, não só para a base do governo, era mais importante a aprovação dos projetos. Se tomássemos esse microfone para fazermos a defesa de item por item das acusações, com certeza esses projetos não teriam o andamento que precisavam ter. Além das considerações feitas, aqui, pelo Deputado Duarte Bechir e por alguns outros, como por exemplo, as da área da saúde, falou-se que o governo do Estado e o Tribunal de Contas de Minas Gerais não poderiam ter feito o acordo - TAG - que fizeram com o governo. Estamos aqui para dizer que não vimos nenhum erro por parte do Tribunal de Contas de Minas Gerais e nem por parte do governo do Estado. Eis que, até então, o saneamento básico na questão da saúde é admitido no orçamento da saúde, até mesmo por organismos internacionais. Aliás, defendemos esse ponto de vista. A canalização de um córrego é ou não é favorável à saúde? Previne ou não previne inúmeras doenças? Quantos postos de saúde podem estar inseridos - falo no sentido de prevenção da saúde - em uma canalização, evitando-se a imundície na casa das pessoas mais carentes? Então, oportunamente, precisamos fazer uma reflexão mais profunda acerca do saneamento básico como parte extremamente importante da saúde preventiva. E o saneamento básico era aceito pelo Tribunal de Contas, e com fundamento, como parte do orçamento da saúde. De repente, em razão da Emenda nº 29, que demorou muito a ser votada, o saneamento básico não pôde mais ser incluído no orçamento da saúde. O governo teria, então, de desembolsar imediatamente R\$1.000.000.000,00, o que não estava sequer previsto no Orçamento do Estado de Minas Gerais. Foi necessário um TAG, um entendimento de alto nível entre o governo do Estado de Minas Gerais e o Tribunal de Contas, para que se continuasse a situação de governabilidade e para que se pudesse atender às exigências da Emenda nº 29, que foi votada de última hora e por pressão, pois o governo federal fez o que pôde para não votá-la. É claro que não só o governo de Minas, mas todos os governos estaduais tiveram de se adaptar a essa nova exigência da Emenda nº 29, e, para tanto, foi feito esse entendimento de alto nível com o Tribunal de Contas de Minas Gerais. Criticaram aqui a parte da educação, mas essa crítica não procede. Por que não procede essa crítica? Até então, os inativos eram aceitos pelo Tribunal de Contas nos 25% do orçamento da educação. De repente, o Tribunal de Contas teve de mudar de entendimento. E o governo do Estado também não tinha em seu caixa aproximadamente R\$1.000.000.000,00 para injetar imediatamente e completar o que a lei estava exigindo. Foi feito um TAG para que essa complementação fosse feita dentro de um orçamento do Estado. Sr. Presidente, Deputados Rômulo Viegas e Antônio Carlos Arantes, é preciso lembrar o que este governo, desde o tempo de Aécio Neves e Anastasia e agora Anastasia e Alberto Pinto Coelho, tem feito por este Estado. Temos de fazer um balanço geral. Presidente José Henrique, olhando a área da saúde, veremos que atualmente só os programas de saúde da família aumentaram em cerca de 3 mil em todo o Estado de Minas Gerais. Isso ocorreu apenas no governo Aécio Neves e no governo Anastasia. O Pro-Hosp vem aumentando cada vez mais. Sou da mesma região do Presidente, Deputado José Henrique. Ele é uma das pessoas que mais vê as ambulâncias saindo da nossa região e vindo para a Capital por falta de recursos em nossos hospitais. No entanto, o governo Anastasia está implantando os hospitais no sistema de urgência e emergência nas cidades-polos de Minas Gerais. Já o fez em Uberlândia; está fazendo em Juiz de Fora, Lafaiete, Divinópolis, Governador Valadares, Teófilo Otôni e fará em tantas outras. Para que isso? Para não vermos esse espetáculo triste em que as ambulâncias trazem os pacientes para a Capital porque, no interior, não há recursos. Essa ação é para conter essa quantidade de carros que ficam desfilando com pessoas que às vezes não chegam vivas, a tempo de curar seus problemas na Capital. Quem está fazendo isso? O governo Anastasia e Alberto Pinto Coelho. Esses hospitais que estão sendo construídos e os que ainda o serão em outras cidades-polos de Minas Gerais são considerados hospitais de Primeiro Mundo, com tecnologia avançada, com investimentos médios e cerca de R\$60.000.000,00 em cada construção; e investimentos em equipamentos de cerca de R\$40.000.000,00. Esses hospitais atenderão desde a cirurgia mais simples, por exemplo, de extração de uma unha até a cirurgia de cabeça ou de coração. Isso aliviará sobremaneira os hospitais da Capital e resolverá os problemas sérios e delicados da saúde pública em Minas



Gerai. Falo em saúde pública, porque esses hospitais estão sendo construídos para o pessoal mais humilde do Estado de Minas Gerais. E isso foi esquecido. Falou-se aqui ligeiramente que o governo federal não cumpre com o percentual da saúde, não aceitou incluir na Emenda nº 29... Podemos aceitar isso calados, de braços cruzados, se o Estado é obrigado a injetar 12% e os Municípios 15%? E o governo federal, que tem 70% da arrecadação? Não é obrigado a investir nada na saúde? Não tem percentual determinado? Isso não foi dito aqui hora nenhuma. Deputado Rômulo Viegas, tivemos de ouvir isso calados para não obstruir os trabalhos. Ficamos assistindo a tudo isso para não obstruir os trabalhos, Deputado Sebastião Costa. Tudo isso tem de ser levado em consideração. O povo do Estado de Minas Gerais, do Brasil e de todos os Estados precisa saber a verdade. E os equipamentos da saúde? O governo está fazendo um sacrifício enorme nesse período de crise internacional que estamos vivendo. Vamos fazer um balanço, vamos olhar o que o governo Aécio Neves fez pelo Estado de Minas Gerais e o que o governo Anastasia está fazendo, vamos olhar as áreas de infraestrutura, do Processo, da telefonia, da segurança e as demais. Isso não foi lembrado aqui. Mas continuamos o nosso trabalho para que a dignidade do Governador Anastasia, do Vice-Governador Alberto Pinto Coelho, de todos os Deputados que sustentam a base do governo fique mantida em pé, porque é com um governo dessa natureza, dessa grandeza, que Minas Gerais continua sendo o melhor Estado para se viver.

O Deputado Dalmo Ribeiro Silva - Muito obrigado, Sr. Presidente, Deputado José Henrique. Saúdo V. Exa. nesta última reunião que antecede o nosso recesso e cumprimento o nosso Líder maior, Deputado Bonifácio Mourão, por suas sábias e brilhantes argumentações. Realmente, Minas vive um momento de graça. Em todos os segmentos, vemos a participação efetiva do nosso Governador, do nosso Vice-Governador, do nosso secretariado, que sempre procuram o desenvolvimento, a paz, a garantia e o aprimoramento das indústrias que aportam diariamente no Estado. O nosso Líder Mourão fez um relato forte, vigoroso e sério a respeito da competência, da governabilidade e da saúde. Acrescento que, no nosso Sul de Minas, a situação não é diferente. O nosso governo Anastasia e Alberto Pinto Coelho também destinou grandes recursos para o Hospital Samuel Libânio. Nesta semana, assinamos convênio de R\$1.000.000,00, destinados à Santa Casa de Itajubá, para a continuidade do centro de hemodiálise. Vários hospitais da nossa região estão sendo mantidos. A garantia do Pro-Hosp também viabiliza a saúde na região. Estamos terminando este semestre com um balanço muito positivo não somente do governo de Estado, que tem sua base sempre presente, atenta e responsável, diligente e correta. Realmente, nesses meses, dispusemo-nos a apresentar, ouvir, debater os mais variados projetos encaminhados a esta Casa. Com certeza, todos tiveram um objetivo apenas, ou seja, garantir o desenvolvimento na saúde, no saneamento, na habitação, na infraestrutura, com construção de obras públicas e, por que não dizer, na educação. Inexiste, absolutamente, motivo de crítica, quando se fala da melhoria nas nossas escolas estaduais, reforma e construção de quadras. Quero cumprimentar a Secretária Ana Gazzola pela determinação. Todos os setores mereceram, por parte do governo, atenção especial. Esta Assembleia também cumpriu seu papel, com tantos seminários que aqui fez nas áreas da segurança, da saúde; e participou dos debates. Há poucos dias, fizemos aqui um fórum da segurança pública, que teve o comando dos Deputados João Leite e Sargento Rodrigues. Recebemos 10 Estados e instalamos um fórum permanente da segurança pública neste país para garantir recursos junto ao governo federal. Estamos realmente cumprindo a nossa parte com denodo, responsabilidade, sob o comando do Deputado Dinis Pinheiro, nosso Presidente; de nossos parlamentares; de nossos líderes, sempre atentos exclusivamente aos interesses do nosso povo mineiro. Tenho certeza de que estamos cumprindo bem esse primeiro momento. Todos os projetos foram debatidos. Sem dúvida alguma, devolvemos ao servidor público, à área da saúde, ao Processo, garantias do desenvolvimento, fazendo com que Minas seja o melhor Estado para competir, pela nossa segurança jurídica. Falamos sobre isso aqui, na Assembleia Legislativa: empresários escolhem Minas Gerais para buscar seus empreendimentos, iniciar seus novos projetos pela seriedade de Minas, pelo seu governo, pelo seu secretariado e particularmente pelo papel importante que a Assembleia Legislativa tem prestado, com projetos de grande representatividade e necessidade para o desenvolvimento de nosso Estado. Muito obrigado.

O Deputado Bosco - Deputado José Henrique, caro Presidente, quero também fazer uma manifestação neste momento importante em que estamos encerrando o primeiro semestre deste ano de trabalhos na Assembleia Legislativa. E estamos fazendo-o de forma extremamente positiva. Nesses últimos dias desta semana, apreciamos e votamos matérias relevantes, importantes e que vão ao encontro do anseio, do desejo da população de Minas Gerais. Quero dizer também, Presidente, que, a cada dia, a cada momento de nosso

trabalho nesta Assembleia, aprendemos um pouco mais sobre a dinâmica deste Parlamento tão importante, o Parlamento de Minas Gerais, a Assembleia Legislativa. Há momentos em que, muitas vezes, temos vontade de falar, de nos exaltar, mas, em virtude da questão democrática, do entendimento entre Situação e Oposição, é preciso, conforme dito aqui pelo Deputado Bonifácio Mourão, nosso Líder, ouvir e às vezes ficar calado, por determinado momento, para que as coisas fluam e a população de Minas Gerais tenha matérias importantes aprovadas nesta Casa. Caso contrário, sabemos que seria impossível, ao menos em se tratando de matérias relevantes e importantes. Deputado Rômulo, não podemos fazer vistas grossas e permitir que a verdade da política de Minas Gerais seja ofuscada. A verdade está aí estampada. Temos hoje, à frente do governo de Minas, um Governador comprometido, que ama esta Minas Gerais e procura, cada dia mais, em seu governo, cuidar de nosso Estado, sobretudo do futuro dos cidadãos mineiros, com responsabilidade, com cautela. É por isso que este governo está cada dia em cada canto de Minas Gerais, em cada Município inaugurando uma obra, levando recursos para um projeto importante. Este governo tem, sim, investido muito, conforme foi lembrado aqui, na saúde. Quero, além das questões relacionadas pelo nosso Líder, Deputado Mourão, fazer referência também, ainda na área da saúde, ao investimento importantíssimo que o governo está fazendo, por meio da Secretaria de Saúde, por intermédio do Secretário Antônio Jorge. Refiro-me ao investimento na área de combate à mortalidade infantil. Só neste ano o governo do Estado está investindo mais de R\$23.000.000,00 na implantação de 10 UTIs neonatais no Estado. Está investindo, neste primeiro momento, em cidades, Deputado João Vítor, que têm apresentado maior índice de mortalidade infantil. Cito minha própria cidade, Araxá, que ainda não contava com UTI neonatal. As mães que têm gravidez de alto risco correm risco de vida, bem como seus recém-nascidos. Portanto, Sr. Presidente, não podemos fechar os olhos para projetos e investimentos tão importantes como esses. Ressalto também a educação, como Presidente da Comissão de Educação. Não podemos, meus caros Deputados Mourão e Adelmo Carneiro Leão, deixar de salientar que Minas Gerais, nos anos anteriores e sobretudo neste ano, foi e está sendo destaque em âmbito nacional na qualidade de ensino. Essa avaliação não é nossa, não é feita pelo governo estadual, mas pelo governo federal, por meio da prova nacional. Entre os 10 Municípios-destaque no nível nacional, na educação, 7 são de Minas Gerais. Isso demonstra que a nossa educação está no rumo e caminho certos. Não podemos, também, Sr. Presidente, permitir e ouvir colegas Deputados dizerem que as estruturas físicas das nossas escolas não vão bem, não estão bem. Ora, dizer isso é não conhecer a realidade das nossas escolas. Deem uma volta, visitem as escolas estaduais para verificar que o governo tem investido em reestruturação e ampliação de escolas que possuem bons prédios públicos, que estão sendo ampliados, dotados de quadras cobertas a fim de oferecerem melhores condições aos alunos. Enfim, se fôssemos pontuar as questões da educação, certamente teríamos de extrapolar o nosso tempo muito mais, Sr. Presidente, mas a realidade está aí colocada e os mineiros a estão vendo. Sabemos que existem muitos desafios pela frente, pois temos defasagens de década; é impossível, a um governo, em apenas um ano e meio, corrigir todas. Mas é importante dizer que este governo está aí comprometido com os mineiros, com as mineiras e tem o nosso apoio, o nosso respaldo para continuar seguindo em frente. No mais, cumprimento-o, Sr. Presidente, e, ao fazê-lo, cumprimento todos os parlamentares desta Casa, todos os funcionários, todos os nossos colaboradores por este primeiro semestre extremamente positivo. Rogo a Deus que no segundo semestre, a partir de agosto, estejamos aqui de volta com o espírito e as energias renovados para que ele seja ainda mais produtivo do que o primeiro. Muito obrigado.

O Deputado João Vítor Xavier - Sr. Presidente, primeiramente agradeço ao Deputado Zé Maia, Presidente da Comissão de Fiscalização Financeira, a oportunidade de relatar a LDO este ano. Agradeço a toda equipe técnica da Casa, que é absolutamente qualificada, preparada. Temos profissionais do mais alto gabarito, que teriam condições de trabalhar em qualquer grande empresa privada do Brasil, no governo do Estado, no governo federal, em qualquer órgão público. Eles nos deram uma assessoria maravilhosa. Quero também, Sr. Presidente, expor o meu sentimento, como relator da LDO, de que temos um governo absolutamente responsável com as contas públicas. Nos últimos 15 dias tive a oportunidade de me debruçar, com minha equipe de gabinete, com a equipe técnica da Casa e com a equipe de orçamento do governo do Estado sobre as contas e os dados do Estado, relativos ao planejamento para o próximo ano e à avaliação do que foi apresentado no ano anterior. Depois disso, trago a certeza de que Minas Gerais tem um Governador qualificado do ponto de vista técnico, um gestor público responsável, preocupado com as contas do Estado e que está se desdobrando, mesmo com a faca no pescoço dessa dívida com a União, para fazer de Minas Gerais um grande Estado para se viver. É



motivo de orgulho para cada um de nós que tenhamos um governo qualificado, preparado e responsável, que não faz cortesia com o chapéu alheio, que não cria contas para outros pagarem, que não trata a coisa pública com a mesma irresponsabilidade que vem de cima para baixo, do governo federal para o Estado. É muito triste ver algumas posições que acompanhamos durante o dia, com relação, por exemplo, à questão da saúde. Eu gostaria de ver o mesmo empenho do PT para que a Presidente Dilma colocasse os 10% da União na Emenda nº 29. Esta Casa está brigando para que o governo federal cumpra isso. É uma pena que não tenhamos o mesmo empenho, ardor e vontade por parte da Bancada do PT na Câmara dos Deputados e no Senado, para que isso seja cumprido, para que a Presidente Dilma, o governo federal, ardoroso na hora de colocar a conta para o Estado e o Município, tenha esse mesmo sentimento com a parte da União. Acho louvável a postura da bancada estadual - que temos de louvar, sim -, mas gostaria de ver a bancada federal com o mesmo posicionamento. Quando foi assinada a Emenda nº 29, o governo federal tirou o corpo fora e colocou toda a responsabilidade nos Estados e nos Municípios. Mas gostaria de ver o mesmo ardor que enxergamos nos companheiros sérios, compromissados e responsáveis neste Estado, também na bancada federal do PT, para que a Presidente Dilma, que é desse partido, fizesse cumprir aquilo que a Assembleia de Minas pede e que é voz corrente em nosso Estado: que o governo federal também tenha o compromisso de aplicar 10% de seus recursos na saúde. É isso o que esperamos e desejamos. Fica o nosso apelo para que os companheiros, que, de maneira correta, sensata e ardorosa, que expõem sua preocupação com o governo de Minas, levem também à União esse apelo, que já não é deste Deputado nem desta Casa Legislativa, mas de todo o povo de Minas Gerais, que tem assinado o manifesto desta Casa para que o governo federal faça cumprir o objetivo inicial da Emenda nº 29: um maior investimento por parte do Tio Patinhas ou da Dona Baratinha, que é quem está com o dinheiro na caixinha, que é o governo federal. Tenho a certeza, Sr. Presidente e meus caros companheiros, que o Governador Anastasia gostaria de investir R\$1.000.000.000,00 a mais na saúde e na educação, mas, infelizmente, a dívida com a União não permite; tenho a certeza de que o Governador Antonio Augusto Anastasia, responsável que é, mineiro que é, patriota que é, gostaria de investir R\$1.000.000.000,00 a mais em nossas estradas, mas a dívida com a União não permite. Pude perceber na análise da LDO, na relatoria do projeto, que é muito difícil construir um Estado tendo R\$6.000.000.000,00 para investir ao ano, mas tendo de pagar R\$5.000.000.000,00 de dívidas e de juros. É preciso que o governo federal tenha mais tolerância com seus entes federados; é preciso que o governo federal, como o grande arrecadador e o grande partilhador dos recursos, entenda que os seus entes federados precisam da sua mão. Destacando o trabalho da Secretária Renata Vilhena, das equipes de Fazenda e de Planejamento e do Governador, tenho de dizer que nos orgulha o governo que temos. Temos orgulho de ter um Estado responsável com as contas públicas, que certamente gostaria de fazer muito mais, o mais que não faz não é por falta de vontade de um homem público de bem, decente e bem-intencionado como o Governador Anastasia; é por falta de condições de uma dívida que passa da hora de ser renegociada. Sei que contamos com a solidariedade dos companheiros do PT nesta Casa, mas gostaria que essa solidariedade partisse daqui para o Planalto Central e chegasse à Bancada do PT na Câmara dos Deputados, no Senado, e, assim, chegasse à nossa Presidenta Dilma Rousseff. Sei que passou da hora, Sr. Presidente, mas já vou encerrar. Que tenhamos um governo federal parceiro dos Estados, para termos um Estado responsável como é o Estado de Minas Gerais, o que podemos observar na LDO, mas, acima de tudo, um Estado com uma capacidade ainda maior de investimento. Parabéns ao Governador Anastasia pela responsabilidade com que tem conduzido o Estado de Minas Gerais. Muito obrigado, Sr. Presidente.

Discussão e Votação de Pareceres de Redação Final

- A seguir, são submetidos a discussão e votação e aprovados, cada um por sua vez, os Pareceres de Redação Final do Projeto de Resolução nº 3.330/2012 (À promulgação.) e do Projeto de Lei nº 3.164/2012 (À sanção.).

Declarações de Voto

O Deputado Adelmo Carneiro Leão - Para enriquecermos o diálogo estabelecido na Casa, até considerando que o Deputado João Vítor Xavier é um grande comunicador e que o povo de Minas gosta muito dele e o tem ouvido muito pela Rádio Itatiaia, mas a fala do Deputado João Vítor Xavier, aqui, está recheada de equívocos. E, do modo como ele conduz e como apresentou a questão das disputas ou dos desafios que estamos fazendo, corre-se o risco de haver interpretação equivocada porque ele nos leva a interpretações equivocadas. Quero tratar da primeira questão: a dívida. O Deputado disse que o governo não pode aplicar mais em saúde por causa da dívida, não pode aplicar mais em segurança pública por causa da dívida, não pode aplicar mais em educação



por causa da dívida, e assim sucessivamente. Como se a dívida fosse algo imposto do governo federal sobre o Estado de Minas Gerais. A dívida quem fez, Deputado João Vítor Xavier, foi o Estado de Minas Gerais com a União. E, se a fez de maneira irresponsável, se a fez de maneira equivocada, se a fez de maneira subserviente, não é culpa do governo federal, é responsabilidade do governo do Estado, que a fez malfeita, e nós estamos denunciando isso. Eu e o Deputado Rômulo Viegas, que está ali, fazemos parte de um grupo de Deputados desta Casa que está dizendo que essa dívida tem que ser renegociada, refeita, mas colocar a União como a responsável por isso é equívoco. Mais ainda: dizer que a União tem que resolver o problema, quantas vezes, Deputado João Vítor Xavier, assentamo-nos com o governo federal para tratar dessa questão? Nenhuma. Estamos discutindo, levantando dados, buscando informações, para, com dados concretos, dizermos que queremos renegociar. Aliás, já estamos dizendo isso há muito tempo, desde antes da formação dessa comissão. Entendemos que isso é necessário, e esse não é o entendimento do Deputado João Vítor Xavier ou de um setor, mas de todos nós, brasileiros, incluindo nossa Presidenta Dilma, que já, por diversas vezes, disse que é preciso rever essas dívidas. Mas entre o dizer e o fazer há uma passagem, uma caminhada, uma construção. Se é para tratar de dívida, Deputado João Vítor Xavier, temos que ir mais fundo, porque não é só essa dívida que penaliza o governo de Minas. Se o governo de Minas for na mesma lógica que V. Exa. colocou ... Tem mais, ele não aplica porque também tem uma cruel e grave dívida com a Cemig. Se o governo de Minas entende que é importante renegociar dívida, que tem que renegociar com o governo federal, numa relação republicana, ele tem como negociar com a Cemig, numa relação de superioridade, de comando, de domínio, de ser dono, e não estar aqui, esperando o quê? Por que não se fala nessa dívida, que é maior do que todo o patrimônio do Estado com a Cemig? É maior do que todo o patrimônio que o Estado tem com a Cemig. E por que não se fala dos juros dessa dívida com a Cemig, que é maior do que os juros que tem com a União? E não avança, não se faz auditoria para mostrar essa realidade. Essa é uma questão, e colocarei também a questão da saúde. Há empenho, sim, e de muita gente. Não quero dizer que só há o empenho nosso, do PT. No do meu partido, o PT, há gente que não tem o empenho que eu gostaria de ter, a dedicação e o comprometimento. Mas há muita gente, militantes do partido, Vereadores, Deputados Federais e Estaduais, Prefeitos, Governadores. Ouvi o Governador do Rio Grande do Sul, que, se não estou equivocado, é também do PT, e V. Exa. estava lá, Deputado Duarte Bechir. Quero dizer ao Deputado João Vítor Xavier que o Governador do Rio Grande do Sul, do PT, também está empenhado. Todos estamos empenhados. Então, não dá para fazer essa divisão de falar que é o PT e a Presidenta que não querem. Alto lá, vamos fazer uma discussão tranquila, verdadeira, comprometida, porque precisamos de resolver esse problema mesmo. E o que estamos fazendo aqui? Quero aplaudir a Assembleia de Minas. Faço parte dessa luta antes de ela existir aqui, na Assembleia, mas quero aplaudir a Assembleia, porque está fazendo um trabalho extraordinário, importante, no sentido de sensibilizar. A Assembleia está indo aonde está o povo, para dizer: povo mineiro, com seu título, com a sua assinatura, você pode fazer o número que sensibiliza não a Presidenta Dilma, mas o Congresso Nacional, que não é formado só pelo PT. Há 513 Deputados e 81 Senadores, e entre eles há uma parte importante do PT, mas há também de todos os outros partidos. Queremos que todos se empenhem, porque é preciso colocar mais recursos na saúde, mas ninguém de nós tem autoridade para dizer que a Presidenta Dilma tem que aplicar 10% na saúde. Não é autoridade constitucional, não é imposição constitucional. Queremos que a Constituição diga isso para o nosso governo e para qualquer outro governo federal. Que a Constituição, por meio da assinatura, do abaixo-assinado, da emenda popular, diga ao nosso governo federal que é preciso aplicar 10% dos recursos para chegar aonde precisamos do ponto de vista de financiamento. Mas não posso cobrar da nossa Presidenta porque isso não está na Constituição, e o que está, está sendo cumprido. É preciso dizer que o que está na Constituição Federal, Deputado João Vítor Xavier, está sendo cumprido pelo governo federal, mas é pouco, e queremos mais. Mas o que está na Constituição Federal está além e acima do que o governo de Minas está cumprindo, e queremos que o governo de Minas também cumpra. Que ele cumpra os 12%. Quero repetir, não é porque o governo federal eventualmente aplica mais que Minas tem de aplicar menos. Minas, Bahia, Rio Grande do Sul, norte, sul, leste, oeste, todos os Estados brasileiros têm de aplicar mais, porque é dessa forma que vamos ter o que construímos na Constituição, o Sistema Único de Saúde, universal, integral, gratuito, efetivo e eficaz, para que o povo brasileiro, precisando da assistência à saúde, possa ter a sua necessidade atendida na hora. Essa necessidade não pode ser dilatada, transferida para um outro tempo, pois o sofrimento e a infelicidade das pessoas se agravam. Então, quero compartilhar isso com o Deputado João Vítor Xavier também, com a luta que é nossa, é dele, é



minha, é do Presidente que está aí, dos Deputados daqui, é do povo. Essa é a luta que temos de travar, para conquistarmos mais recursos, porque são absolutamente necessários para garantir o que já construímos até hoje na lei e na Constituição.

O Sr. Presidente (Deputado Rômulo Viegas) - Com a palavra, para declaração de voto, o Deputado Duarte Bechir.

O Deputado Duarte Bechir - Meu caro Presidente, que também na manhã de hoje presidiu a reunião e, neste momento, preside o encerramento dos trabalhos do primeiro semestre legislativo. Parabéns V. Exa. por essa condução. Meu caro Presidente, vivemos realmente em um País democrático, onde cada um tem a sua opinião, tem liberdade de expressá-la. Podemos ouvir todas as opiniões e tirar proveito de cada uma das palavras, de cada uma das ideias e posições e formarmos a nossa. Minas é o Estado brasileiro de maior credibilidade em relação aos mecanismos internacionais. Ganhou nota máxima na avaliação. Minas cumpre seus compromissos. Um instituto americano faz a avaliação dos países e dos Estados. Minas Gerais ganhou a nota máxima, na semana passada. Trouxe a esta Casa, fiz constar nos anais essa notícia, que não digo que seja muito boa, é espetacular. Ela vem, meu caro Presidente Rômulo, confirmar o que sabemos, e que parte da Oposição finge não conhecer, finge que não é a realidade do Estado. Infelizmente, meus olhos enxergam. Se os olhos de alguns da Oposição fingem não enxergar, vou citar um ditado popular que diz: “O pior cego é aquele que não quer ver”. Pena que esta Casa já não esteja repleta dos companheiros, mas leva, a toda Minas Gerais, mais uma extraordinária notícia, Presidente Rômulo. Isso está publicado em um dos jornais de maior circulação do nosso Estado, e quero dividir com os mineiros e as mineiras. Apresentarei requerimento para que fique nos anais da Casa essa outra notícia de Minas. Diz assim, Presidente Rômulo: “Sete metas cumpridas. Na virada do milênio, em 2000, representantes de 191 países reuniram-se perante a Organização das Nações Unidas - ONU -, para traçar os objetivos de desenvolvimento do milênio, e cada um deles redigiu sua carta de intenção e se comprometeu a melhorar o mundo nos próximos 15 anos”. Isso foi em 2000, Presidente. Antes desse prazo terminar, a nossa Minas Gerais já cumpriu sete das oito metas pactuadas e ainda propõe o nono compromisso na área da segurança pública. Com isso, segundo a ONU, Minas se torna o primeiro Estado do mundo a propor novas metas. Repito: Minas se torna o primeiro Estado do mundo a propor novas metas. E tem gente que vem aqui e diz que não conhece o nosso governo. Tem gente que vem aqui e diz que não vê choque de gestão. Tem gente que não vê o que o ex-Governador Aécio deixou e o que o Governador Anastasia tem feito. Presidente Rômulo, os organismos internacionais confirmam o que nós e nosso governo fizemos em Minas. O que o nosso governo faz, os mecanismos internacionais reconhecem, Presidente. E sigo adiante, meu caro Presidente, porque quero compartilhar com todos os mineiros essa importante informação. Minas Gerais sai na frente e, diante dos resultados positivos já apresentados, o Governador Antonio Anastasia assinou, ontem, a repactuação do projeto, antecipando metas mais audaciosas e incluindo um novo compromisso, que é mais segurança e tranquilidade para todos os mineiros, com a adoção de ações visando à prevenção e ao combate à violência. Nesse contexto absolutamente favorável, é imperativo destacar os resultados obtidos a partir da implantação do choque de gestão, que elevou o nosso Estado a um lugar de destaque no cenário internacional, a ponto de receber do Banco Mundial o reconhecimento como modelo de gestão pública e exemplo para as demais unidades subnacionais ao redor do mundo. Presidente Rômulo, o Banco Mundial reconhece o modelo de gestão, de administração pública, recomendando para outros países o modelo de Minas Gerais. A Oposição tem enxergado isso? Não tem. Mas vamos adiante. Quero destacar, então, as metas que foram cumpridas: o índice de pessoas pobres e miseráveis caiu de 40,5%, em 1990, para 19%, em 2006; 97,7% das crianças de 7 a 14 anos frequentavam a escola em 2009; o tempo de estudo das mulheres passou para 8,3 anos e dos homens, 7,8 em 2009; alcançou, em 2006, a meta de 18,5 mortes de crianças com até 5 anos, para cada mil nascidos vivos. Caro Presidente, não mostrarei todas as metas, mas apresentarei o requerimento para que esta fala esteja presente nos anais da Casa. Faço questão de registrar essa auspiciosa notícia, que retrata os avanços alcançados em benefício do povo mineiro e que certificam o acerto e a eficácia do choque de gestão implantado pelo governo Aécio-Anastasia e que faz de Minas Gerais, nas palavras do representante da ONU, uma referência para outros países e, para nós, o melhor Estado do Brasil para se viver. Caro Presidente, é preciso que a ONU reconheça. É preciso que mecanismos internacionais, cada vez mais, continuem avaliando e avaliando Minas Gerais positivamente. Uso estes óculos para ler de perto. Somente quando leio uso estes óculos, mas trarei óculos especiais para muitos Deputados da Oposição enxergarem a nossa querida Minas Gerais: como está bem administrada, como



está sendo levada adiante de uma boa maneira, cada vez fazendo mais sucesso no mundo inteiro. Finalizando as minhas palavras, quero saudar o aniversariante especial de hoje, o Deputado Sebastião Costa, homem valoroso, que enriquece esta Casa e que continuará nos brindando com seu conhecimento, com sua presença de espírito de homem público, combativo, e que, com a eleição de ontem, cresceu ainda mais no meu conceito. Deputado Sebastião Costa, parabéns pelo aniversário. Parabéns pelo homem que é. Obrigado, funcionários da Casa e toda a equipe. Espero que, no segundo semestre, voltemos com mais saúde e mais disposição, para que ajudemos a construir a Minas que eu e o governo de Minas sempre sonhamos e queremos. Obrigado.

O Deputado Luiz Henrique - Sr. Presidente, com grande alegria, nesta última reunião do primeiro semestre, venho a esta Casa fazer um agradecimento especial e um reconhecimento ao governo do Estado, na pessoa do Prof. Antonio Anastasia. O Deputado Duarte Bechir lembrou bem da visita do representante da ONU que tivemos nesta semana, ao falar que Minas vem cumprindo todas as oito metas do milênio, e ainda acrescentou mais uma. Quero lembrar que nesta semana fui relator de um projeto de lei do governo do Estado que versa sobre o programa Mães de Minas, em que faremos uma divulgação maior sobre a saúde materna e a mortalidade infantil. Tenho certeza de que Minas continuará avançando cada vez mais nesses indicadores de saúde pública. Quero também fazer um agradecimento especial ao governo no que tange às regiões que represento, o Jequitinhonha e o Norte de Minas, haja vista o foco do governo desde 2003, com Aécio e Anastasia. Essa região, que era a menos favorecida do Estado, já tem uma visão especial e investimentos que lá chegam. Por exemplo, foram assinados projetos de intenção de investimento da ordem de R\$7.000.000.000,00 com empresas mineradoras que estarão na região. Posso falar de investimentos que aconteceram em Montes Claros, como do “case” New Holland e Alpargatas, tudo fruto de uma política pública focada no desenvolvimento regional. Quero falar também da contribuição que esta Casa vem dando a tudo isso. Estou participando de um plano estratégico de desenvolvimento que tem como partícipes o Ministério Público e a Sedru. Estamos focados no desenvolvimento sustentável daquela região. Haverá, sim, investimentos em mineração, mas com sustentabilidade. Tudo isso fruto de parceria do governo do Estado com o Ministério Público e as empresas. Portanto, quero agradecer e parabenizar o Prof. Anastasia por essa gestão forte que vem fazendo à frente do governo do Estado. E lembrando que esta Casa aprovou investimentos que serão feitos pelo governo do Estado a partir do segundo semestre, como o Caminhos de Minas, que irá contemplar mais de 200 Municípios com projetos de infraestrutura, asfalto, fazendo as ligações dos “links” faltantes. Mais uma vez, parabênzo o governo do Estado. Só dando óculos, e com grau bastante elevado, para a Oposição, para que possa reconhecer esse grande trabalho que o Prof. Antonio Anastasia vem desenvolvendo no Estado. Muito obrigado.

O Sr. Presidente (Deputado Duarte Bechir) - Com a palavra, para declaração de voto, o Deputado Rômulo Viegas.

O Deputado Rômulo Viegas - Caro Deputado Duarte Bechir, que preside os trabalhos do Plenário da Assembleia nesta tarde de quinta-feira, em que vamos encerrar as atividades no Plenário - mas na semana que vem ainda teremos algumas comissões trabalhando na Casa -, quero partilhar do pensamento de V. Exa., que há alguns momentos fez uma colocação de extrema importância. Os pilares que sustentam a democracia são o conjunto de políticos que representam a Situação, que apoiam o governo, e dos políticos que representam a Oposição ao governo. E nós aceitamos o posicionamento da Oposição, pois é natural que ela faça o trabalho, e a democracia lhe garante direito e voz, mas o que é dito aqui pela Oposição vai totalmente ao contrário do que vemos no sentimento da população mineira. Jornais desta semana demonstram que o governo Anastasia na Capital mineira tem uma aprovação de 63%. Quando andamos pelas cidades mineiras - V. Exa., Deputado Duarte Bechir, parlamentar atuante, visita de forma sistemática e participativa as suas cidades, assim como todos nós e o Deputado Luiz Henrique -, sentimos de perto o carinho que Prefeitos, Prefeitas, Vereadores e Vereadores têm para com nosso grande líder, o Senador Aécio Neves, e para com o nosso governo, nas pessoas do Governador Anastasia, do Vice-Governador Alberto Pinto Coelho e de toda a equipe de governo. Eles têm altos elogios, fruto dos convênios celebrados entre as Prefeituras mineiras e o governo do Estado. Quando V. Exa. conversa com um Prefeito que o apoia e pergunta a ele se está satisfeito com o resultado do convênio celebrado entre o Município dele e o governo de Minas, com certeza ele afirma que sim. Quando se pergunta não apenas aos Prefeitos de Minas Gerais, mas também aos Prefeitos brasileiros como está o resultado dos convênios firmados com a União, com o governo federal, acredito que um percentual muito pequeno esteja



satisfeito. Isso ocorre porque há uma burocracia ferrenha por parte da Caixa Econômica Federal. Dinheiro existe, mas não sai. Conheço vários Prefeitos que são pressionados, no dia a dia, para a conclusão das obras pactuadas, conveniadas com o governo federal, porém o dinheiro para concluí-las não sai, o que é lamentável. Quando saímos desse pacto de convênios firmados entre os entes federados, ficamos ouvindo discursos críticos em relação à tratativa da saúde. Entretanto, ao assistir à televisão, percebemos que o caos da saúde ocorre em âmbito de Brasil. É brasileiro o problema da saúde. Será que todos os Governadores estão errados, Deputado Duarte Bechir? Será que todos os Prefeitos e Prefeitas deste Brasil estão deixando de dar atenção à saúde do povo brasileiro? Não serei injusto a ponto de colocar o problema do quesito da saúde somente nas mãos do atual governo federal. Não, essa é uma questão histórica, difícil de ser resolvida, mas que tem de ser resolvida, como tenho dito sempre desta tribuna, com um novo modelo de distribuição de recursos - não entra em discussão se modelo socialista ou neoliberal. Os gestores públicos - Prefeitos, Prefeitas, Governadores, Governadoras - precisam ter condições de fazer um orçamento real. Eles têm de ter dinheiro, ou seja, a peça orçamentária tem de estar aliada ao aspecto financeiro e patrimonial para atender não apenas a um segmento da sociedade, mas a todos os segmentos. Todo gestor público tem de ter uma visão de conjunto. Ele não pode estar preocupado com apenas resolver o problema da educação e da saúde, deixando de lado a segurança. Olhemos para a segurança no Brasil, que é extremamente complicada. Quando nos dirigimos às terras mineiras, observamos que, embora aqui haja muitos problemas, o nosso governo que está aí, já há 12 anos, fez uma diferença enorme. Andem pelas Minas Gerais, andem pelas cidades, conversem com os Prefeitos e Prefeitas, com os Vereadores, e ouvirão altos elogios ao nosso Líder, Senador Aécio Neves, que encontrou o Estado em sérias dificuldades. A dívida pública tão comentada já existia. Não foi o Aécio Neves quem criou essa dívida. Fala-se em déficit zero e em choque de gestão, que são coisas distintas, separadas, que não podem se misturar. A tentativa de misturar essas coisas é lamentável. Déficit zero é diferente de dívida pública. A dívida pública já existia. O que o Aécio fez foi equilibrar as contas anualmente, fazer uma operação contábil anual, ano a ano. E ele fez isso com sua competência, ao lado do seu grande Vice-Governador à época, hoje nosso Governador Anastasia. Com V. Exa., Deputado Duarte Bechir, com o Deputado Luiz Henrique, temos orgulho de pertencer à base deste governo, porque sabemos que ele faz a diferença. Quantas coisas foram conquistadas nesses últimos anos? Esperaremos, temos de ser leais e sinceros. O meu PSDB ficou por oito anos no governo e não teve coragem de rever o pacto federativo. Repito: não teve. Todavia o governo que aí está no governo federal, há 12 anos, do PT, também não teve essa coragem até o presente momento. Esperemos por este governo que está aí, que, como colocaram aqui, parece ser uma panaceia a solução de todos os problemas. Não adianta eu, ao receber um cargo, uma função, ficar falando que encontrei essa ou aquela situação. Que se resolva. Não me acho em condições de resolver, mas tenho de fazê-lo. Não adianta ficar maculando o que passou. Se passou e está errado, então vamos reconhecer que se errou. Quem se colocou em condições de resolver que resolva. Coloquem mais recursos nas mãos dos Governadores e Prefeitos. Quero encerrar, Sr. Presidente, Deputado Duarte Bechir, agradecendo a todos os funcionários da Casa, aos integrantes das nossas comissões, aos funcionários do meu gabinete e à imprensa, porque estamos terminando um semestre com chave de ouro, capitaneados pelo Presidente da Casa, Deputado Dinis Pinheiro, e toda a Mesa da nossa Assembleia. Agora estaremos nas nossas bases políticas, andando, visitando os Prefeitos, participando das eleições municipais. E, claro, espero que todos os Prefeitos tenham essa visão, da necessidade de um novo modelo que coloque mais recursos nas mãos dos Governadores e Prefeitos. Um abraço ao Governador Anastasia, ao Vice-Governador Alberto Pinto Coelho e ao nosso Senador Aécio Neves, que se encontra cada vez mais atuante, e não apenas em Minas, mas pelo Brasil, e também a V. Exa., Deputado Duarte Bechir, que preside este trabalho. Muito obrigado.

Encerramento

O Sr. Presidente - A Presidência verifica, de plano, a inexistência de quórum para a continuação dos trabalhos e encerra a reunião, convocando as Deputadas e os Deputados para a ordinária de terça-feira, dia 17, às 14 horas, com a seguinte ordem do dia: (- A ordem do dia anunciada será publicada na edição do dia 17/7/2012.) Levanta-se a reunião.

ATA DA 12ª REUNIÃO CONJUNTA DAS COMISSÕES DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA E DE MEMBROS DAS COMISSÕES PERMANENTES - § 1º DO ART. 204 DO REGIMENTO INTERNO - NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 15/12/2011

Às 14h35min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Antônio Júlio, Gustavo Perrella, Romel Anízio e Ulysses Gomes, membros da Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado, Romel Anízio declara aberta a reunião, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a discutir e votar proposições da Comissão. Suspende-se a reunião. Às 18 horas são reabertos os trabalhos com a presença dos Deputados Zé Maia, Doutor Viana, Antônio Júlio, Gustavo Perrella, João Vítor Xavier, Romel Anízio e Ulysses Gomes, membros da Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária; e o Deputado André Quintão, membro da Comissão de Membros das Comissões Permanentes - § 1º do Art. 204 do Regimento Interno. Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Após discussão e votação, são aprovados, cada um por sua vez, os pareceres pela aprovação, em turno único, dos Projetos de Lei nºs 2.520/2011 com as Emendas nºs 1, 2, 47 e 112 apresentadas por Parlamentares; com as Emendas nºs 151, 152, 154 a 181, 183 a 186, 188 a 192, 195 a 199, 202, 205 a 210, 212 a 222, 224 a 227, 229 e 230 apresentadas pela Comissão de Participação Popular; com as Emendas nºs 232 a 332 e as Subemendas nº 1 às Emendas nºs 42, 110, 113, 120, 121, 140, 144, 153, 162, 178, 182, 187, 193, 194, 200, 201, 203, 204, 211, 223, 228 e 231 apresentadas ao final do Parecer; e pela rejeição das Emendas nºs 6, 7, 9 a 19, 21, 23, 24, 26 a 33, 35 a 38, 40, 43, 45, 46, 48 a 107, 114, 115, 117, 119, 122, 125 a 128, 130, 132, 137, 138, 141, 142 e 145 a 150 (relator: Deputado Doutor Viana); e 2.521/2011 com as Emendas nºs 1 a 19, 21, 22, 23, 47 a 52, 57 a 65, 69, 70, 73 a 77, 83 a 96, 99 a 130, 137 a 177, 180 a 184, 203 a 211, 214 a 216, 218, 221, 225, 227, 228 a 265, 269 a 290, 292 a 295, 297 a 309, 364 a 373, 377, 382, 383, 388 a 391, 393 a 396, 399 a 414, 417 a 420, 443 a 472, 474, 476, 478, 480 a 483, 485 a 489 e 491 a 497, apresentadas por Parlamentares; com as Emendas nºs 514 a 533 e 535 a 537 apresentadas pela Comissão de Participação Popular; com as Emendas nºs 415 e 416 apresentadas pela Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia; com as Emendas nºs 538 a 613 e as Subemendas nº 1 às Emendas nºs 30, 132, 136, 185, 291 apresentadas ao final do Parecer; e pela rejeição das Emendas nºs 24 a 29, 31 a 46, 53 a 56, 66 a 68, 71, 72, 78 a 82, 97, 98, 131, 133 a 135, 178, 179, 186 a 202, 212, 213, 217, 219, 220, 222 a 224, 226, 266 a 268, 296, 310 a 329, 330 a 363, 374 a 376, 378 a 381, 384 a 387, 392, 397, 398, 421 a 442, 473, 475, 477, 479, 484, 490, 498 a 513 e 534 (relator: Deputado Zé Maia). Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, desconvoca a reunião de hoje às 21 horas, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 10 de julho de 2012.

Zé Maia, Presidente - Doutor Viana - Romel Anízio - Ulysses Gomes.

ATA DA 1ª REUNIÃO ESPECIAL DA COMISSÃO ESPECIAL PARA EMITIR PARECER SOBRE A PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 34/2012, EM 26/4/2012

Às 13h56min, comparecem na Sala das Comissões a Deputada Maria Tereza Lara e os Deputados Luiz Henrique e Sargento Rodrigues, membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, a Presidente “ad hoc”, Deputada Maria Tereza Lara, declara aberta a reunião e informa que não há ata a ser lida, por se tratar da primeira reunião da Comissão. A Presidência informa que a reunião se destina a eleger o Presidente e o Vice-Presidente e, a seguir, determina a distribuição das cédulas de votação, devidamente rubricadas, e convida o Deputado Sargento Rodrigues para atuar como escrutinador. Apurados os votos, são eleitos para Presidente o Deputado Luiz Henrique e para Vice-Presidente a Deputada Luzia Ferreira, ambos com três votos cada um. Empossado, o Presidente eleito, Deputado Luiz Henrique, designa a Deputada Maria Tereza Lara relatora da matéria. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 12 de julho de 2012.

Luiz Henrique, Presidente – Maria Tereza Lara – Sargento Rodrigues.

ATA DA 19ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 3/7/2012

Às 10h10min, comparecem na Sala das Comissões a Deputada Rosângela Reis e os Deputados Sebastião Costa, Bruno Siqueira, Glaycon Franco e Pompílio Canavez (substituindo o Deputado André Quintão, por indicação da Liderança do PT), membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Sebastião Costa, declara aberta a reunião e, nos termos do art. 120, III, do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a discutir e votar proposições da Comissão. O Presidente acusa o recebimento das seguintes proposições, para as quais designou os relatores citados a seguir: Projetos de Lei nºs 3.278, 3.279, 3.285, 3.273, 3.293, 3.297 e 3.289/2012 (Deputado André Quintão); 3.276, 3.287, 3.291 e 3.292/2012 (Deputado Bruno Siqueira); 3.270, 3.271, 3.280, 3.288 e 3.296/2012, 2.028 e 2.470/2011 (Deputado Gustavo Valadares, em virtude de redistribuição no caso dos dois últimos projetos); 3.272, 3.275, 3.277, 3.286, 3.284, 3.290 e 3.294/2012 (Deputado Luiz Henrique). Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Após discussão e votação, são aprovados, cada um por sua vez, os pareceres pela constitucionalidade, legalidade e juridicidade do Projeto de Resolução nº 2.317/2011 com a Emenda nº 1 e dos Projetos de Lei nºs 878/2011 e 2.796/2012 na forma do Substitutivo nº 1 (relator: Deputado Pompílio Canavez, em virtude de redistribuição); 1.471/2011 na forma do Substitutivo nº 1 (relator: Deputado Bruno Siqueira, em virtude de redistribuição); 2.089/2011 e 3.011/2012 com a Emenda nº 1 e 3.250/2012 (relatora: Deputada Rosângela Reis, em virtude de redistribuição); 2.876/2012 na forma do Substitutivo nº 1 (relator: Deputado Sebastião Costa); 3.204/2012 na forma do Substitutivo nº 1 (relator: Deputado Gustavo Valadares; leitor: Deputado Glaycon Franco) e 3.251/2012 (relator: Deputado Glaycon Franco). O Projeto de Lei nº 1.454/2011 é convertido em diligência à Secretaria de Educação (relator: Deputado Bruno Siqueira); o Projeto de Lei nº 2.305/2011, à Secretaria de Planejamento e Gestão; o Projeto de Lei nº 2.873/2012, à Secretaria de Desenvolvimento Econômico (relator: Deputado Sebastião Costa); e os Projetos de Lei nºs 3.147/2012 (relator: Deputado Gustavo Valadares; leitor: Deputado Sebastião Costa) e 3.148/2012 (relator: Deputado Glaycon Franco, em virtude de redistribuição), à Secretaria de Saúde. Os pareceres sobre os Projetos de Lei nºs 1.630 e 1.865/2011 (relator: Deputado Sebastião Costa, em virtude de redistribuição no caso do segundo projeto) deixam de ser apreciados em virtude, respectivamente, de solicitações de prorrogação do prazo regimental e de prazo regimental formuladas pelo relator. Após discussão e votação, é aprovado o parecer pela inconstitucionalidade, ilegalidade e antijuridicidade do Projeto de Lei nº 2.974/2012 (relator: Deputado Gustavo Valadares; leitor: Deputado Glaycon Franco). O parecer sobre o Projeto de Lei nº 3.195/2012 deixa de ser apreciado em virtude de solicitação de prazo regimental formulada pelo Deputado Glaycon Franco, relator em virtude de redistribuição. O Projeto de Lei nº 3.242/2012 é retirado da pauta, atendendo-se a requerimento da Deputada Rosângela Reis, aprovado pela Comissão. O Deputado Bruno Siqueira retira-se do recinto. Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de pareceres sobre proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Após discussão e votação, são aprovados, cada um por sua vez, os pareceres pela juridicidade, constitucionalidade e legalidade dos Projetos de Lei nºs 526/2011 e 3.162/2012 (relatora: Deputada Rosângela Reis, em virtude de redistribuição no caso do segundo projeto); 3.212 e 3.259/2012 (relator: Deputado Bruno Siqueira; leitor: Deputado Glaycon Franco); 2.284/2011, 3.217 e 3.255/2012 (relator: Pompílio Canavez, em virtude de redistribuição); 3.137, 3.240 e 3.253/2012 (relator: Deputado Glaycon Franco) e 2.981/2012 (relator: Deputado Sebastião Costa). Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições da Comissão. Submetido a votação, é aprovado requerimento em que se solicita seja baixado em diligência ao autor o Projeto de Lei nº 3.246/2012. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 10 de julho de 2012.

Sebastião Costa, Presidente – André Quintão – Luiz Henrique – Glaycon Franco.

ATA DA 1ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO ESPECIAL DAS ENCHENTES, EM 5/7/2012

Às 10h5min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Arlen Santiago e Dalmo Ribeiro Silva, membros da supracitada Comissão. Nos termos do art. 120, III, do Regimento Interno, o Presidente, Deputado Arlen Santiago, declara aberta a reunião e dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a debater a aplicação dos recursos repassados aos municípios Mineiros para reparação dos danos decorrentes das enchentes e debater a temática da Comissão. Ato contínuo, o Presidente designa como relator da Comissão o Deputado Dalmo Ribeiro Silva, momento em que se faz presente a Deputada Liza Prado (substituindo o Deputado Gustavo Corrêa, por indicação da Liderança do BAM). A Presidência interrompe os trabalhos ordinários da reunião para ouvir os Srs. Ten. Cel. PM Fabiano Villas Bôas, Secretário Executivo da Coordenadoria Estadual de Defesa Civil - Cedec; e representando o Cel. PM Luís Carlos Dias Martins, Chefe do Gabinete Militar do Governador e Coordenador Estadual de Defesa Civil; Márcio José dos Reis Santos, Gerente de Coordenação e Monitoramento da Diretoria de Operações, representando o Sr. Luiz Alberto Dias Mendes, Diretor de Operações do DER-MG; Paulo Antônio Moreira Avelar, Diretor da PRS Engenharia Consultiva; Eduardo Chagas Ribeiro, Capitão do Corpo de Bombeiros, Chefe da Divisão Operacional do Comando Operacional de Bombeiros - COB -; e Gleber Antônio Penido Valle Junior, Capitão do Corpo de Bombeiros, Adjunto do Planejamento Estratégico Operacional do Estado-Maior, que são convidados a tomar assento à mesa. O Presidente, autor do requerimento que deu origem ao debate, tece suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. A Presidência retoma os trabalhos ordinários da reunião. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições da Comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados



requerimentos dos Deputados: Arlen Santiago (3) em que solicita: 1) seja convidado o superintendente do DNIT para que venha a Minas Gerais; seja enviado pedido de providências para que seja feito um plano para prevenção de rodovias federais em Minas Gerais em relação ao período chuvoso do final de 2012 e início de 2013; e seja enviado pedido de informações acerca dos pontos que já sofreram interrupção total e que se esburacaram totalmente na época de todas as chuvas na BR 251, e qual o planejamento para se evitar que estes fatos ocorram; 2) seja convidado o Presidente da Cemig, Sr. Djalma Morais, para que apresente a esta Comissão os projetos existentes em que a Cemig é parceira de barragens que poderão ser construídas e que servirão também para evitar enchentes; a exemplo da de Guaraciaba, que poderia proteger Ponte Nova, além das barragens que a Cemig já tem; seja enviado pedido de informações acerca do seu plano de manejo contra enchentes e para explicar a demora em ligar poços artesianos públicos com energia elétrica para combate à seca; e 3) seja encaminhado ofício à Secretaria de Estado de Transporte e Obras Públicas, solicitando providências para que faça, através do DEOP e do DER, a avaliação dos muros de contenção de enchentes do Rio São Francisco, construídos após as enchentes de 1979 nos Municípios de Manga, São Francisco e Januária que, aparentemente, não receberam mais manutenção; Arlen Santiago, Dalmo Ribeiro Silva e Liza Prado (3) em que solicitam: 1) seja encaminhado ofício à Codevasf-MG para que avalie os muros de arrimo de prevenção de enchentes do Rio São Francisco após o ano de 1979 nos Municípios de Manga, São Francisco e Januária e quais outras providências têm sido tomadas pela Codevasf com relação às possíveis enchentes na área da Codevasf; e seja convidado o superintendente de Minas Gerais, Sr. Aldimar Rodrigues, para que venha em reunião desta Comissão; 2) sejam encaminhados ofícios a todos os prefeitos e a todas as coordenadorias de Defesa Civil do Estado solicitando as seguintes informações: o município já decretou estado de emergência por motivo de enchentes? Em que anos? Houve perdas de vidas humanas ou destruição de residências? Existem residências em áreas de risco no município? Que meios e que obras seriam prioritárias para evitar os efeitos das enchentes? O município gostaria de comparecer aos trabalhos desta Comissão ou de encaminhar sugestões a esse respeito?; e 3) seja encaminhado ofício ao Ministério da Integração solicitando informações sobre quantos municípios mineiros possuem o cartão de pagamento da Defesa Civil; quantos possuem planos de trabalho para atendimento aos danos causados por enchentes; e quantos desses planos de trabalho foram atendidos; Dalmo Ribeiro Silva e Liza Prado (3) em que solicitam: 1) seja encaminhado pedido de providências à Cemig para que acompanhe a Copasa na realização do Programa Água nas Escolas, do governo estadual, assegurando a ligação dos poços artesianos para atender as escolas; 2) seja encaminhado pedido de providências ao Departamento de Estradas de Rodagem do Estado de Minas Gerais - SER-MG para que promova capacitação de agentes municipais com relação a questões de engenharia, com vistas a dar celeridade ao atendimento das emergências relacionadas aos impactos dos desastres naturais, sobretudo os relativos ao excesso de chuvas nos municípios; e 3) seja encaminhado ofício à Coordenadoria Estadual de Defesa Civil solicitando informações sobre os desastres decorrentes das chuvas excessivas nos anos 2011 e 2012, incluindo números relacionados às emergências e a seus atendimentos. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 12 de julho de 2012.

Arlen Santiago, Presidente - Dalmo Ribeiro Silva – Liza Prado.

ATA DA 12ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 5/7/2012

Às 10h14min, comparecem na Sala das Comissões a Deputada Liza Prado (substituindo o Deputado Gustavo Corrêa, por indicação da Liderança do BAM) e os Deputados Délio Malheiros, Lafayette de Andrada e Rogério Correia, membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Délio Malheiros, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Lafayette de Andrada, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e discutir e votar proposições da Comissão. Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. A Presidência informa que faz retirar da pauta da reunião o Projeto de Lei Complementar nº 28/2012, em 2º turno, por falta de pressupostos regimentais. Após discussão e votação, é aprovado o parecer pela rejeição do Substitutivo nº 1 apresentado em Plenário e pela aprovação do Substitutivo nº 2 que apresenta ao Projeto de Lei nº 3.128/2012, no 1º turno (relator: Deputado Lafayette de Andrada). Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 10 de julho de 2012.

Neider Moreira, Presidente - Antônio Júlio - Lafayette de Andrada - Liza Prado - Pompílio Canavez.

ATA DA 16ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO ESPECIAL PARA O ENFRENTAMENTO DO CRACK, EM 9/7/2012

Às 10h15min, comparece no Auditório da Comunidade Terapêutica Sagrada Família o Deputado Paulo Lamac, membro da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Paulo Lamac, declara aberta a reunião, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, considera-a aprovada e a subscreve. A Presidência informa que a reunião se destina a debater o enfrentamento do “crack” na região de Passos. A seguir, interrompe os trabalhos ordinários da reunião para ouvir a Sra. Andrea Curtolo Martins, Supervisora do Caps-ad no Município de Passos, representando José Hernani Silveira, Prefeito Municipal de Passos; e os Srs. Éder da Silva Capute, Diretor de Secretaria das Promotorias de Justiça da Comarca de Passos; Ten.-Cel Ronaldo Rezende dos Anjos, Comandante do 12º Batalhão de Polícia Militar de Passos; Thiago Gomes Ribeiro, Delegado de Polícia Civil,

representando Carlos Alves Francisco, Delegado Regional de Polícia Civil de Passos; José Carlos de Faria, Presidente da Associação Comunidade Terapêutica Sagrada Família; Cloves Eduardo Benevides, Subsecretário de Políticas sobre Drogas da Secretaria de Estado de Defesa Social; Pastor Wellington, Presidente da Federação Brasileira de Comunidades Terapêuticas Evangélicas; Paulo de Mello e Souza, Presidente do Conselho Comunitário de Segurança Pública de Passos; Carlos Alberto Thomazelli Penha, Defensor Público, os quais são convidados a tomar assento à mesa. O Presidente, autor do requerimento que deu origem ao debate, tece suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta nas notas taquigráficas. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 10 de julho de 2012.

Paulo Lamac, Presidente - Doutor Wilson Batista - Glaycon Franco.

ATA DA 16ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 10/7/2012

Às 10h10min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Célio Moreira, Rômulo Viegas (substituindo a Deputada Luzia Ferreira, por indicação da Liderança do BTR) e Tadeu Martins Leite (substituindo o Deputado Sávio Souza Cruz, por indicação da Liderança do PMDB), membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Célio Moreira, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Tadeu Martins Leite, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. Suspende-se a reunião. Reabertos os trabalhos às 10h38min, registra-se a presença dos Deputados Célio Moreira, Doutor Viana (substituindo o Deputado Gustavo Corrêa, por indicação da Liderança do BAM) e Lafayette de Andrada (substituindo a Deputada Luzia Ferreira, por indicação da Liderança do BTR). O Presidente, Deputado Célio Moreira, informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a discutir e votar proposições da Comissão e comunica o recebimento da seguinte correspondência, publicada no “Diário do Legislativo” nas datas mencionadas entre parênteses: dos Srs. Anderson Marques Martinez Lara, Diretor de Apoio Técnico da Superintendência Regional de Regularização Ambiental – Central Metropolitana (22/6/2012), e Adriano Magalhães Chaves, Secretário de Meio Ambiente (6/7/2012). O Presidente acusa o recebimento do Projeto de Lei nº 878/2011, no 1º turno, do qual designou como relator o Deputado Gustavo Corrêa. Registra-se a presença do Deputado Dalmo Ribeiro Silva. Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Na fase de discussão do parecer do relator, Deputado Célio Moreira, que conclui pela aprovação, no 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.799/2011 na forma do Substitutivo nº 1 e pela rejeição das Emendas nºs 1 e 2, da Comissão de Constituição e Justiça, é apresentada a Proposta de Emenda nº 1 ao Substitutivo pelo Deputado Lafayette de Andrada. Após discussão e votação, é aprovado o parecer, salvo a proposta de emenda. Submetida a votação, é aprovada a Proposta de Emenda nº 1 e, em seguida, é dada nova redação ao parecer. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para as próximas reuniões extraordinárias, hoje, às 20 horas, para apreciar os pareceres dos Projetos de Lei nºs 2.482/2011 e 1.630/2011, e amanhã, às 10h15min, 14h45min e 20 horas, para apreciar os pareceres dos Projetos de Lei nºs 1.799, 1.630 e 2.482/2011, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 10 de julho de 2012.

Célio Moreira, Presidente – Duarte Bechir – Zé Maia.

ATA DA 11ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 10/7/2012

Às 19h5min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Zé Maia, Doutor Viana, João Vítor Xavier, Romel Anízio e Ulysses Gomes, membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Zé Maia, declara aberta a reunião, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a discutir e votar proposições da Comissão. Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. O Presidente retira da pauta o Projeto de Lei nº 3.099/2012 por haver sido apreciado em reunião anterior. Após discussão e votação, são aprovados, cada um por sua vez, os pareceres pela aprovação, no 2º turno, do Projeto de Lei Complementar nº 28/2012 (relator: Deputado Doutor Viana) e dos Projetos de Lei nºs 2.382/2012 (relator: Deputado Romel Anízio); 2.401/2012 (relator: Deputado Ulysses Gomes); e 2.783/2012 (relator: Deputado Doutor Viana), todos na forma do vencido no 1º turno; 2.344 e 3.057/2012 (relator: Deputado Romel Anízio); 2.996/2012 (relator: Deputado Zé Maia); 3.033/2012 (relator: Deputado João Vítor Xavier); 3.056/2012 (relator: Deputado Ulysses Gomes); 3.058 e 3.211/2012 (relator: deputado Doutor Viana); pela aprovação, no 1º turno, dos Projetos de Lei nºs 1.799/2011 na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, com as Emendas nºs 3 a 5 (relator: Deputado Romel Anízio); 2.920/2012 com a Emenda nº 1, da Comissão de Constituição e Justiça (relator: Deputado Zé Maia) e 3.298/2012 (relator: Deputado João Vítor Xavier). Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.



Sala das Comissões, 12 de julho de 2012.

Zé Maia, Presidente – João Vítor Xavier – Ulysses Gomes - Ivair Nogueira - João Leite - Romel Anízio

ATA DA 10ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 10/7/2012

Às 10h14min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Doutor Viana, Gustavo Perrella, João Vítor Xavier, Rômulo Viegas (substituindo o Deputado Zé Maia, por indicação da Liderança do Bloco Transparência e Resultado) e Tadeu Martins Leite (substituindo o Deputado Antônio Júlio, por indicação da Liderança do PMDB), membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Doutor Viana, declara aberta a reunião e dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a discutir e votar proposições da Comissão. Suspende-se a reunião. Às 10h52min são reabertos os trabalhos com a presença dos Deputados Doutor Viana, Antônio Júlio, João Vítor Xavier, Tiago Ulisses e Lafayette de Andrada (substituindo o Deputado Zé Maia, por indicação da Liderança do Bloco Transparência e Resultado). Estão presentes também os Deputados Adalclever Lopes e Dalmo Ribeiro Silva. Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. O Projeto de Lei Complementar nº 28/2012 e os Projetos de Lei nºs 1.799, 2.344, 2.382 e 2.401/2011 e 2.783, 2.996, 3.033, 3.056 a 3.058, 3.211 e 3.298/2012 são retirados da pauta por não cumprirem pressupostos regimentais. Na fase de discussão do parecer do relator, Deputado Lafayette de Andrada, que conclui pela rejeição das Emendas nºs 1 a 11 apresentadas ao Projeto de Lei nº 3.099/2012 e pela aprovação das Emendas nºs 12 e 13 ao Substitutivo nº 2, é apresentada a Proposta de Emenda nº 1, do Deputado Rogério Correia, que recebeu opinião favorável do relator. Após discussão e votação, é aprovado o parecer, salvo a proposta de emenda. Submetida a votação, é aprovada a Proposta de Emenda nº 1. É dada nova redação ao parecer. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a reuniões extraordinárias dos dias 11/7, às 20 horas, 12 e 13/7, às 10 e às 20 horas, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 10 de julho de 2012.

Zé Maia, Presidente – Doutor Viana – Romel Anízio – Ulysses Gomes – João Vítor Xavier.

ATA DA 15ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 11/7/2012

Às 10 horas, comparecem na Sala das Comissões a Deputada Maria Tereza Lara e os Deputados Bosco, Duarte Bechir e Glaycon Franco, membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Bosco, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Duarte Bechir, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a discutir e votar proposições da Comissão. Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Os Projetos de Lei nºs 349, 828 e 1.169/2011 são retirados de pauta por terem sido apreciados em reunião anterior. Em seguida, a Presidência suspende a reunião, por uma hora, para entendimentos. Reabertos os trabalhos, comparecem na Sala das Comissões o Deputado Duarte Bechir, Neilando Pimenta e João Leite (substituindo este ao Deputado Bosco, por indicação do BTR). Após discussão e votação, é aprovado o parecer pela aprovação das Emendas nº 1, na forma da Subemenda nº 1, e nº 2, ao Substitutivo nº 1 ao Projeto de Lei nº 302/2011 (relator: Deputado João Leite). Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Submetidos a discussão e votação, cada um por sua vez, são aprovados os Pareceres de Redação Final dos Projetos de Lei nºs 2.994 e 3.059/2012. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária e para as reuniões extraordinárias de amanhã, às 9h30min e às 14 e 20 horas, desconvoca para as reuniões extraordinárias de hoje às 15 horas e 20h30min, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 12 de julho de 2012.

Bosco, Presidente – Carlin Moura – Ulysses Gomes.

ATA DA 18ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DO TRABALHO, DA PREVIDÊNCIA E DA AÇÃO SOCIAL NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 11/7/2012

Às 14h35min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Carlos Pimenta e Celinho do Sinttrocel, membros da supracitada Comissão. O Presidente, Deputado Carlos Pimenta, declara aberta a reunião e, nos termos do art. 120, III, do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a debater as condições de trabalho dos empregados em empresas de transporte de valores e a discutir e votar proposições da comissão, momento em que se faz presente a Deputada Liza Prado. A Presidência interrompe os trabalhos ordinários da reunião para ouvir os Srs. Alessandra Parreiras Ribeiro, Auditora Fiscal do Trabalho e Chefe da Seção de Relações do Trabalho, representando Alysson Paixão de Oliveira Alves, Superintendente Regional do Trabalho e Emprego de Minas Gerais; José Boaventura Santos, Presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores Vigilantes - CNTV -; Emanuel da Silva Sady, Presidente do Sindicato dos Empregados em Empresas de Transporte de Valores do Estado de Minas Gerais - Sinttrav -; Marta



de Freitas, Coordenadora do Fórum Sindical e Popular de Saúde e Segurança do Trabalhador; Regina Fátima Abrantes Ezequiel, Assessora Jurídica do Sindicato das Empresas de Transportes de Valores do Estado de Minas Gerais; representando Alvimar Geraldo Marinho, Presidente do Sindicato; e Vinicius Marcus Nonato da Silva, da Comissão de Direitos Humanos da OAB-MG, representando o Sr. Raimundo Cezar Britto Aragão, Presidente da Comissão Nacional de Relações Internacionais do Conselho Federal da OAB, que são convidados a tomar assento à mesa. A Presidência concede a palavra ao Deputado Celinho do Sinttrocel, autor do requerimento que deu origem ao debate, para suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. Ausentam-se da reunião o Deputado Carlos Pimenta e a Deputada Liza Prado. O Deputado Celinho do Sinttrocel assume a direção e retoma os trabalhos ordinários da Comissão. A matéria constante na pauta deixa de ser apreciada por falta de quórum. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições da Comissão. A Presidência recebe, para serem apreciados em reunião posterior, requerimentos dos Deputados Celinho do Sinttrocel e Carlos Pimenta, em que solicitam: 1) seja realizada visita técnica da Comissão a uma empresa de transporte de valores, com a presença do Ministério Público do Trabalho, da Superintendência do Trabalho e Emprego de Minas Gerais e do Sindicato dos Empregados em Empresas de Transporte de Valores do Estado de Minas Gerais – Sinttrav -, para verificar denúncias recebidas nesta reunião, relativas à inadequação das condições de trabalho, como ausência de banheiros, jornada de trabalho excessiva, ausência de intervalo para almoço, entre outros; 2) sejam encaminhadas notas taquigráficas desta reunião aos seguintes órgãos para conhecimento e providências cabíveis: Organização Internacional do Trabalho – OIT -, Corte Interamericana de Direitos Humanos, Ministério do Trabalho e Emprego – MTE -, Ministério Público do Trabalho Federal e Estadual, Polícia Federal, Comissão de Direito Sindical da OAB-MG, Comissão de Direitos Humanos da OAB-MG, Instituto Nacional de Seguridade Social e Prefeitura de Belo Horizonte; e 3) seja encaminhado ofício à Superintendência Regional do Trabalho e Emprego de Minas Gerais, solicitando relatório de fiscalização do trabalho nas empresas de transportes de valores nos últimos dois anos. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares e demais presentes, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião extraordinária dia 12/7/2012, às 14h30min, na Sala das Comissões, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 12 de julho de 2012.

Carlos Pimenta, Presidente – Duarte Bechir – Liza Prado.

ATA DA 14ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE REDAÇÃO NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 11/7/2012

Às 14h40min, comparecem na Sala das Comissões a Deputada Luzia Ferreira e os Deputados Luiz Henrique e Antônio Carlos Arantes, membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Antônio Carlos Arantes, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Antônio Carlos Arantes, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a discutir e votar pareceres em fase de redação final e acusa o recebimento das seguintes proposições, para as quais designou os relatores citados a seguir: Projetos de Lei nºs 327 e 349/2011 (Deputada Luzia Ferreira) e 1.782/2011 e 3.257/2012 (Deputado Antônio Carlos Arantes). Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Após discussão e votação, são aprovados, cada um por sua vez, os Pareceres de Redação Final dos Projetos de Lei nºs 327, 349, 1.782/2011 e 3.257/2012. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, desconvoca a reunião extraordinária de hoje, às 20h30min, convoca para a reunião ordinária de amanhã, às 9h30min, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 12 de julho de 2012.

Lafayette de Andrada, Presidente - Gilberto Abramo - Luzia Ferreira.



ORDENS DO DIA

ORDEM DO DIA DA 13ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE TURISMO, INDÚSTRIA, COMÉRCIO E COOPERATIVISMO NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 10H30MIN DO DIA 17/7/2012

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições da Comissão.



ORDEM DO DIA DA 16ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 10H45MIN DO DIA 18/7/2012

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições da Comissão.



EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão Especial para o Enfrentamento do Crack

Nos termos regimentais, convoco a Deputada Liza Prado e os Deputados Vanderlei Miranda, Célio Moreira e Doutor Wilson Batista, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 16/7/2012, às 14 horas, no Teatro, com a presença de convidados, para debater o tema "As drogas e os novos marcos legais" e para discutir e votar proposições da Comissão.

Sala das Comissões, 13 de julho de 2012.

Paulo Lamac, Presidente.



TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES

PARECER PARA TURNO ÚNICO DO PROJETO DE LEI Nº 526/2011

Comissão do Trabalho, da Previdência e da Ação Social

Relatório

De autoria do Deputado Elismar Prado, o projeto de lei em epígrafe tem por objetivo declarar de utilidade pública o Conselho Comunitário de Desenvolvimento Rural de Mumbuca – CCDM –, com sede no Município de Jequitinhonha.

A Comissão de Constituição e Justiça examinou a matéria preliminarmente e concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade na forma apresentada.

Cabe agora a este órgão colegiado deliberar conclusivamente sobre a proposição, conforme preceitua o art. 103, I, "a", do Regimento Interno.

Fundamentação

O Projeto de Lei nº 526/2011 pretende declarar de utilidade pública o Conselho Comunitário de Desenvolvimento Rural de Mumbuca – CCDM –, com sede no Município de Jequitinhonha, pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, fundado em 1983 com o escopo de prestar assistência social aos mais necessitados.

Com esse propósito, a instituição estuda os problemas da comunidade e procura solucioná-los por meio de atividades comunitárias; incentiva a solidariedade entre os moradores do Povoado de Laranjeiras; fomenta o desenvolvimento social, econômico e cultural; defende o direito a atendimento nas áreas de saúde, educação, cultura, transporte, moradia e saneamento básico; organiza a construção de moradias populares e hortas comunitárias; combate a fome e a miséria.

Tendo em vista o relevante trabalho humanitário desenvolvido no Município de Jequitinhonha pelo Conselho Comunitário de Desenvolvimento Rural de Mumbuca, consideramos meritória a iniciativa de lhe outorgar o título de utilidade pública.

Conclusão

Pelo exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 526/2011, em turno único, na forma apresentada.

Sala das Comissões, 12 de julho de 2012.

Carlos Pimenta, relator.



COMUNICAÇÃO DESPACHADA PELO SR. PRESIDENTE

COMUNICAÇÃO

- O Sr. Presidente despachou, em 12/7/2012, a seguinte comunicação:

Do Deputado Dalmo Ribeiro Silva em que notifica o falecimento da Sra. Antônia Gomes de Castro, ocorrido em 6/7/2012, em Heliadora. (- Ciente. Oficie-se.)



MANIFESTAÇÕES

MANIFESTAÇÕES

A Assembleia Legislativa aprovou, nos termos do art. 103, III, “b” a “d”, do Regimento Interno, as seguintes manifestações: de aplauso à subseção de Curvelo da OAB pelos 80 anos de sua instalação (Requerimento nº 3.167/2012, do Deputado Doutor Viana);

de congratulações com o Sr. Reinaldo Landulfo Teixeira, Prefeito Municipal de Capitão Eneias, pelo recebimento do Prêmio Sebrae Prefeito Empreendedor, na etapa nacional, nas categorias Compras Públicas dos Pequenos Negócios Locais e Lei Geral Municipal (Requerimento nº 3.186/2012, do Deputado Luiz Henrique);

de congratulações com a comunidade de Cachoeira de Minas pelos 88 anos de emancipação desse Município (Requerimento nº 3.199/2012, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva);

de congratulações com a comunidade de Maria da Fé pelos 100 anos de emancipação desse Município (Requerimento nº 3.201/2012, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva);

de congratulações com o Frigorífico BRF - Brasil Foods S.A., de Uberlândia, por ser o único frigorífico mineiro com habilitação sanitária e veterinária para exportar carne suína para a China (Requerimento nº 3.204/2012, da Deputada Liza Prado);

de congratulações com a comunidade de Bom Despacho pelos 100 anos de emancipação desse Município (Requerimento nº 3.205/2012, da Deputada Liza Prado);

de congratulações com a subseção de Ouro Fino da OAB pelos 73 anos de sua instalação (Requerimento nº 3.217/2012, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva);

de congratulações com o Asilo Santo Antônio, de Uberaba, pelos 100 anos de sua fundação (Requerimento nº 3.237/2012, do Deputado Antonio Lerin);

de congratulações com a Cenibra pelo recebimento do Prêmio Mineiro de Gestão Ambiental, concedido pelo governo do Estado (Requerimento nº 3.240/2012, do Deputado Délio Malheiros);

de congratulações com a Arcelor Mittal, unidade Juiz de Fora, pelo recebimento do Prêmio Mineiro de Gestão Ambiental, concedido pelo governo do Estado, e pela conquista do Troféu Destaque na mesma premiação, em virtude do diferencial nos quesitos criatividade, inovação e sustentabilidade (Requerimento nº 3.241/2012, do Deputado Délio Malheiros);

de congratulações com a Votorantim Metais Zinco S. A, unidade Morro Agudo, em Paracatu, pelo recebimento do Prêmio Mineiro de Gestão Ambiental, concedido pelo governo do Estado, e pela conquista do Troféu Destaque na mesma premiação, em virtude do diferencial nos quesitos criatividade, inovação e sustentabilidade (Requerimento nº 3.242/2012, do Deputado Délio Malheiros);

de congratulações com o Sr. Jackson de Oliveira dos Santos por sua contribuição para os trabalhos da Comissão da Pessoa com Deficiência (Requerimento nº 3.248/2012, do Deputado Marques Abreu);

de congratulações com o Sr. Joaquim Herculano Rodrigues por sua posse no cargo de Presidente do Tribunal de Justiça para o biênio 2012-2014 (Requerimento nº 3.253/2012, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva);

de congratulações com a subseção de Pouso Alegre da OAB pelos 80 anos de sua instalação (Requerimento nº 3.254/2012, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva);

de congratulações com a comunidade de Santo Antônio do Amparo pelos 73 anos de emancipação desse Município (Requerimento nº 3.255/2012, do Deputado Fábio Cherem);

de congratulações com o Sr. Cláudio Costa, Presidente do Tribunal de Justiça, pela assinatura do termo de cooperação para a implantação da metodologia da justiça restaurativa no âmbito do Poder Judiciário (Requerimento nº 3.270/2012, do Deputado Duarte Bechir);

de congratulações com o Governador do Estado pela assinatura do termo de cooperação para a implantação da metodologia da justiça restaurativa no âmbito do Poder Judiciário (Requerimento nº 3.271/2012, do Deputado Duarte Bechir);

de congratulações com a comunidade de Januária pelos 179 anos de emancipação desse Município (Requerimento nº 3.272/2012, do Deputado Duílio de Castro);

de congratulações com a nova diretoria da CUT-MG (Requerimento nº 3.280/2012, do Deputado Celinho do Sinttrocel);

de congratulações com a comunidade de Ouro Preto pelos 301 anos de emancipação desse Município (Requerimento nº 3.285/2012, do Deputado Duílio de Castro);

de congratulações com a comunidade de Carmo do Paranaíba pelos 136 anos de emancipação desse Município (Requerimento nº 3.286/2012, do Deputado Duílio de Castro);

de congratulações com o Sr. Luiz Gonzaga Paes Landim pela posse no cargo de Superintendente da Sudene (Requerimento nº 3.322/2012, da Deputada Liza Prado);

de congratulações com Poliana de Fátima, José Humberto (Batata), Dimas Gonçalves, Renato Delfino e Marcos Paulo, atletas da Associação dos Deficientes Físicos de Uberaba, que conquistaram medalhas na 1ª Etapa Nacional do Circuito Loterias Caixa Brasil 2012 (Requerimento nº 3.351/2012, do Deputado Marques Abreu);

de congratulações com o Sr. Adriano Magalhães Chaves, Secretário de Meio Ambiente, por sua participação na Conferência da ONU Rio+20, em que apresentou as realizações do Estado para o desenvolvimento sustentável (Requerimento nº 3.382/2012, da Comissão de Meio Ambiente);

de apoio ao Sr. Fernando Lugo, ex-Presidente do Paraguai, uma vez que o “impeachment” que sofreu constituiu um golpe parlamentar de direita e um rompimento da democracia (Requerimento nº 3.387/2012, da Comissão de Direitos Humanos);



de repúdio ao Senado Federal do Paraguai pela forma como foi conduzido o processo de “impeachment” do ex-Presidente Fernando Lugo, uma vez que a soberania popular foi agredida, ferindo-se normas elementares da ordem constitucional, a começar pelo direito de defesa (Requerimento nº 3.389/2012, da Comissão de Direitos Humanos);

de congratulações com as autoridades que menciona pela colaboração com as atividades do Programa Educacional de Resistência às Drogas, da PMMG (Requerimento nº 3.390/2012, da Comissão Especial para o Enfrentamento do Crack);

de apoio à Diretoria da Faculdade de Direito da UFMG pela consolidação e pelo fortalecimento do curso de Ciências do Estado da referida Faculdade (Requerimento nº 3.412/2012, da Comissão de Educação).



MATÉRIA ADMINISTRATIVA

ATOS DA MESA DA ASSEMBLEIA

Na data de 9/7/2012, o Sr. Presidente, nos termos do inciso VI, do art. 79, da Resolução nº 5.176, de 6/11/97, e nos termos das Resoluções nºs 5.100, de 29/6/91, 5.179, de 23/12/97, e 5.203, de 19/3/02, c/c as Deliberações da Mesa nºs 1.509, de 7/1/98, e 1.576, de 15/12/98, assinou os seguintes atos relativos a cargos em comissão de recrutamento amplo do Quadro de Pessoal desta Secretaria:

Gabinete do Deputado Délio Malheiros

exonerando, a partir de 6/7/2012, Fátima Lucrecia Martins Oliveira do cargo de Auxiliar de Serviços de Gabinete II, padrão VL-28, 8 horas.

Gabinete do Deputado Luiz Humberto Carneiro

exonerando, a partir de 16/7/2012, Aucinete Maria Alves de Souza Giroldo do cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão VL-16, 8 horas;

exonerando, a partir de 16/7/2012, Décio Guimarães Paulinelli do cargo de Técnico Executivo de Gabinete, padrão VL-55, 8 horas;
exonerando, a partir de 16/7/2012, Guilherme Cordeiro Almeida do cargo de Auxiliar de Serviços de Gabinete, padrão VL-26, 8 horas;

exonerando, a partir de 16/7/2012, José Luís da Silva Filho do cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão VL-16, 8 horas;
exonerando, a partir de 16/7/2012, Lucimar Mendes Honório do cargo de Auxiliar de Serviços de Gabinete, padrão VL-26, 8 horas;
exonerando, a partir de 16/7/2012, Mário Antônio da Silva do cargo de Auxiliar de Serviços de Gabinete, padrão VL-26, 8 horas;
exonerando, a partir de 16/7/2012, Ricardo José da Silva do cargo de Assistente Técnico de Gabinete, padrão VL-45, 8 horas;
exonerando, a partir de 16/7/2012, Vanderlei Rodrigues do cargo de Auxiliar de Serviços de Gabinete, padrão VL-26, 8 horas;
nomeando Aucinete Maria Alves de Souza Giroldo para o cargo de Secretário de Gabinete, padrão VL-34, 8 horas;
nomeando Guilherme Cordeiro Almeida para o cargo de Secretário de Gabinete, padrão VL-34, 8 horas;
nomeando José Luís da Silva Filho para o cargo de Auxiliar de Gabinete I, padrão VL-30, 4 horas;
nomeando Lucimar Mendes Honório para o cargo de Supervisor de Gabinete, padrão VL-41, 4 horas;
nomeando Mário Antônio da Silva para o cargo de Técnico Executivo de Gabinete II, padrão VL-56, 4 horas;
nomeando Ricardo José da Silva para o cargo de Técnico Executivo de Gabinete II, padrão VL-56, 4 horas;
nomeando Sergio Henrique de Gouveia para o cargo de Assistente de Gabinete, padrão VL-39, 8 horas;
nomeando Vanderlei Rodrigues para o cargo de Supervisor de Gabinete, padrão VL-41, 4 horas.

Gabinete do Deputado Tadeu Martins Leite

exonerando, a partir de 16/7/2012, Laura Aparecida Nunes Coelho do cargo de Supervisor de Gabinete II, padrão VL-43, 8 horas;
nomeando Marco Antonio Maurício Canela Filho para o cargo de Supervisor de Gabinete II, padrão VL-43, 8 horas.

Nos termos das Resoluções nº 5.100, de 29/6/91, 5.130, de 4/5/93, 5.179, de 23/12/97, e 5.305, de 22/6/07, e das Deliberações da Mesa nºs 867, de 13/5/93, 1.509, de 7/1/98, e 1.576, de 15/12/98, assinou os seguintes atos relativos a cargos em comissão de recrutamento amplo:

exonerando Gisélle Alves Rossi do cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão VL-16, 4 horas, com exercício no Gabinete da Liderança do Governo;

exonerando, a partir de 16/7/2012, Marco Antonio Maurício Canela Filho do cargo de Secretário de Gabinete II, padrão VL-36, 8 horas, com exercício no Gabinete da Liderança do PMDB;

nomeando Laura Aparecida Nunes Coelho para o cargo de Secretário de Gabinete II, padrão VL-36, 8 horas, com exercício no Gabinete da Liderança do PMDB;

nomeando Wilson dos Santos Costas para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão VL-16, 4 horas, com exercício no Gabinete da Liderança do Governo.

**AVISO DE LICITAÇÃO****PREGÃO ELETRÔNICO Nº 15/2012****NÚMERO DO PROCESSO NO PORTAL DE COMPRAS: 1011014 19/2012**

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais torna público que fará realizar em 31/7/2012, às 10h30min, pregão eletrônico do tipo menor preço, através da internet, tendo por finalidade a contratação de seguro, através de seguradora, sem interveniência de corretoras, para imóvel e conteúdo de posse da ALMG.

O edital se encontra à disposição dos interessados nos "sites" www.compras.mg.gov.br e www.almg.gov.br, bem como na Gerência de Compras, na Rua Rodrigues Caldas, 79, Ed. Tiradentes, 14º andar, onde poderá ser retirado, das 8h30min às 17h30min, mediante pagamento da importância de R\$0,05 por folha. Caso os interessados preferam, poderão solicitar a reprodução eletrônica gratuita, desde que portem mídia própria.

Belo Horizonte, 13 de julho de 2012 .

Eduardo Vieira Moreira, Diretor-Geral.

TERMO DE CONTRATO - CTO 35/2012

Contratante: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Contratada: Minas Clima Instalações Térmicas Ltda. Objeto: contratação de empresa de engenharia para fornecimento e instalação de sistema de climatização. Vigência: 6 meses contados a partir de 12/7/2012, sem prejuízo do prazo de garantia. Licitação: Pregão Eletrônico nº 14/2012. Dotação orçamentária: 1011-01-122.701-2.009-4.4.90-10.1.

TERMO DE CONTRATO – CTO 36/2012

Contratante: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Contratada: Dentemed Equipamentos Odontológicos Ltda. Objeto: aquisição com instalação de 4 consultórios odontológicos. Vigência: 2 meses contados a data da assinatura, sem prejuízo do prazo de garantia. Licitação: Pregão Eletrônico nº 32/2012. Dotação orçamentária: 1011.01.122.701-2.009.4.4.90-10.1.

TERMO DE ADITAMENTO – ADT 68/2012

Contratante: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Contratada: Distribuidora Lordy Ltda. Objeto: aquisição de café tradicional torrado e moído. Objeto deste aditamento: retificação do preço do contrato. Vigência: 16/1/ 2012 a 16/1/2013.

TERMO DE ADITAMENTO – ADT 69/2012

Contratante: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Contratada: Artebrilho Multiserviços Ltda. Objeto: prestação de serviços gerais de vigia nas dependências da Assembleia. Objeto deste aditamento: 4ª prorrogação, com reajuste de preço e nova condição para pagamento. Vigência: 12 meses, a partir de 16/7/2012 até 15/7/2013. Dotação orçamentária: 1011-01-122.701-2.009-3.3.90-10.1.

AQUISIÇÃO ATRAVÉS DE ADESÃO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**NÚMERO DO PROCESSO NO PORTAL DE COMPRAS: 1011014 62/2012**

Contratante: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Contratada: Use Móveis para Escritório Ltda. Objeto: aquisição de gaveteiros. Dotação orçamentária: 1011-01.122.701-2.009.4.4.90(10.1). Licitação: Adesão à Ata de Registro de Preços da Universidade Federal do Oeste do Pará – Pregão Eletrônico nº 033/2011 – Processo nº 05127/2011.

TERMO DE DISTRATO – ADT 73/2012

Contratante: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Contratada: A.A.A.A. Soluções Ecológicas Monte Verde Ltda. Objeto: prestação de serviços de controle, combate e extermínio de pragas urbanas. Objeto do aditamento: distrato do CTO 160 2009. Vigência: a partir da assinatura.



ERRATAS

INDICAÇÃO Nº 64/2012*

Indicação do nome do Sr. Sérgio Rodrigues Leonardo para o cargo de Conselheiro do Conselho de Defesa Social.
- À Comissão Especial.

INDICAÇÃO Nº 65/2012

Indicação do nome da Sra. Vilma Tomaz para o cargo de Conselheira do Conselho de Defesa Social.
- À Comissão Especial.

INDICAÇÃO Nº 66/2012

Indicação do nome do Sr. Rogério Jorge de Aquino e Silva para o cargo de Conselheiro do Conselho de Defesa Social.
- À Comissão Especial.

INDICAÇÃO Nº 67/2012

Indicação do nome do Sr. Marcus Vinícius Gonçalves da Cruz para o cargo de Conselheiro do Conselho de Defesa Social.
- À Comissão Especial.

*- As Indicações nºs 64 a 67/2012, encaminhadas por meio da Mensagem nº 270/2012, estão sendo republicadas em virtude de incorreções verificadas na edição de 13/7/2012, na pág. 5.

ATA DA 54ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 11/7/2012

Na publicação da matéria em epígrafe, verificada na edição de 13/7/2012, na pág. 7, sob o título “OFÍCIOS”, após o resumo do ofício do Sr. Moisés Abdo de Souza, onde se lê:

“Do Sr. Paulo Leonel de Souza Mendes”, leia-se:

“Do Sr. Paulo Leonel de Souza Menezes”.